

Trabalhar os Direitos Humanos no Contexto Escolar

Da compreensão aos instrumentos – Direitos Humanos

Maria Rosa Afonso



3 – Uma educação **centrada na aquisição e no desenvolvimento de competências práticas** que levem á conscientização crítica dos problemas, á ação e á intervenção responsáveis, de forma o que os alunos se sintam implicados e comprometidas na defesa de direitos humanos, tanto nos contextos mais próximos como no mais distantes.

Neste sentido, é necessária uma prática pedagógica que torne possível a compreensão e a interiorização de valores, uma abordagem reflexiva, ao nível do questionamento, do debate e de resolução de problemas e conflitos.

4 – Um currículo de progresso e aprofundamento, os mesmos temas podem ser trabalhados desde o 1º ciclo, porventura, até com a mesma abordagem pedagógica e as mesmas metodologias, ainda que com diferentes enquadramentos e níveis de desenvolvimento.

5 – Um ambiente favorável aos direitos humanos, na escola e na comunidade em geral, procurando que existam referencias, recursos e apoios. Na escola, por exemplo, deveriam existir núcleos de direitos humanos, capazes de assegurarem um trabalho de continuidade, tanto em nível curricular como extracurricular. Também, seria importante, a possibilidade de se estabelecerem parcerias e contatos, entre escolas, associações e organizações governamentais e da sociedade civil, as chamadas ONGs.

2.3 – Uma proposta de currículo para trabalhar os direitos humanos todos sabemos como nossas ações, seja a que nível for, dependem dos conhecimentos que adquirimos, dos valores que interiorizamos e das competências que desenvolvemos. O programa, aqui proposto, apresenta apenas os conteúdos; as metodologias, atividades e recursos, fazem parte dos capítulos seguintes.

Conceitos fundamentais

- a humanidade/ o ser humano; pessoa; natureza humana; a dignidade da pessoa humana; as qualidades essenciais.
- necessidades humanas; necessidades e direitos humanos; direitos naturais; as características dos direitos humanos (universais, inalienáveis, interdependentes e indivisíveis); direitos e deveres.

Princípios e Valores

- liberdade; autonomia; respeito; reciprocidade; cuidado; igualdade; justiça; não discriminação...

- valores cívicos; democráticos; a diversidade; o pluralismo; a igualdade de oportunidades; a cidadania...

Questões de direitos humanos

Violação por direitos não reconhecidos; violação por direitos negados; violações por direitos dificultados ou restringidos, situações de discriminação; a guerra, os refugiados; os desempregados; os trabalhadores ilegais...

- as questões dos direitos humanos na escola, no bairro, na comunidade, no país, no mundo...

A promoção dos direitos humanos

Ações concretas, campanhas...

Instrumentos jurídicos

Versões simplificadas da declaração universal dos direitos do humanos e da convenção internacional dos direitos da criança; da convenção europeia dos direitos do homem...

Instituições

ONU, Unicef, Altos Comissariados da ONU, UNESCO, Conselho da Europa, Tribunal Europeu dos direitos humanos, Amnistia Internacional, Provedoria de Justiça...

A abordagem pedagógica de programa de educação para os direitos humanos, deve ser consistente do ponto de vista dos conhecimentos, competências e atitudes a desenvolver e motivadora do ponto de vista das práticas, das estratégias e atividades a realizar. Os alunos tem que dar valor às questões e aos temas que abordam, sentirem que é algo que tem a ver com eles, sobre o que podem opinar, discutir e intervir.

3.1 – Princípios pedagógicos

Para um trabalho...

- Ativo e de participação, fundamentalmente centrado nas competências e nas atitudes, utilizando metodologias e estratégias que permitam aprendizagem da autonomia, da responsabilidade, do respeito, da tolerância, da solidariedade, do consenso e da ação consciente e empenhada;

- Abrangente e integrado, considerado a educação para os direitos humanos como um todo, sem isolar as questões, uma vez que todas as situações tem razões e enquadramentos múltiplos, com conseqüências e implicações diversas;

- Aberto e flexível, sem rigidez, respostas feitas ou soluções fáceis, até por que surgem todos os dias no cotidiano das turmas, das escolas, dos bairros, do país e do mundo, notícias e acontecimentos que podem e devem ser debatidas e trabalhadas;

- Interdisciplinar e transversal, envolvendo todos os professores e todas as disciplinas. A educação para os direitos humanos não pode ser reduzida a um conteúdo programático, integrado numa disciplina ou área curricular, durante algumas semanas seguidas – embora isso seja importante²³;
- contextualizado e comprometido, tendo em conta a situação envolvente, as necessidades e os problemas da escola, do meio e da sociedade em geral. Todos devem comprometer num trabalho conjunto, participado e de parcerias, com diferentes contributos e participações.

3.2 – Metodologias e estratégias

Em conformidade com os princípios enunciados, apresentamos, sumariamente, algumas das metodologias – uma vez que não é nossa intenção explorar todos os aspectos, antes, mostrar a sua relevância pedagógica na educação para os direitos humanos no ensino básico.

A aprendizagem colaborativa/ O trabalho de grupo

O trabalho de grupo é uma metodologia muito importante, presente, praticamente, em todas as estratégias ativas.

A interação facilita a colaboração e aprendizagem, tanto em níveis dos resultados objetivos, dos produtos realizados, como ao nível dos resultados afetivos, das relações interpessoais e sociais que se estabelecem e desenvolvem.

Podem formar-se grupos para o estudo e discussão dos mais variados temas e assuntos, para a resolução de problemas ou a planificação e a execução de projetos e ações. A organização do trabalho de grupo tem de ter em conta a participação efetiva de todos, procurando rentabilizar as competências individuais – o conhecimento, a inteligência, a capacidade de trabalho, o esforço e as sugestões de cada um – e também as competências do grupo.

23 – De algum modo, este é um dos objetivos desta brochura, possibilitar aos professores a definição de um programa de educação para os direitos humanos a integrar no currículo da formação cívica ou na área de projeto.

Para que todos participem, é muito importante existir entre os diferentes elementos uma certa ligação. O conhecimento, a empatia, a cumplicidade e o entendimento são fatores importantes para criar um bom ambiente de trabalho, com confiança, interajuda e colaboração na realização dos trabalhos. A dimensão do grupo é igualmente importante, quanto mais novos forem os alunos, menor este deve ser, de modo a que todos possam participar.

No trabalho de grupo, o professor deve, sobretudo, acompanhar, orientar, dar sugestões e indicar materiais. Estar atento às inter relações, pois, muitas vezes, surgem dificuldades, por não existir acordo a certos objetivos ou ao desenvolvimento de determinadas tarefas, com evidentes prejuízos ao nível dos resultados.

A pedagogia do projeto

O trabalho com caráter de projeto permite encontrar respostas adequadas a cada um dos contextos educativos. É uma metodologia importante para trabalhar os direitos humanos, ainda mais, quando, neste momento, a Área de projeto permite desenvolver trabalhos de pesquisa e intervenção.

Pensar um projeto supõe um bom conhecimento do ambiente e da comunidade em que queremos intervir, pelo que devemos começar por analisar convenientemente os problemas e as necessidades. Há fases importantes a considerar:

1 – Partir duma idéia pertinente ou dum problema concreto – o que é que aqui, nesta turma, nesta escola, neste ambiente escolar, neste bairro ou nesta comunidade, são as questões mais prementes ao nível dos direitos humanos? O que precisamos fazer? A que nível devemos intervir?

2 – Elaborar, com a ajuda dos alunos, um projeto exeqüível. Tendo em conta os recursos e os materiais existentes. É melhor, á medida que avançamos, ir acrescentando atividades em vês de termos de abandonar algumas;

3 – Encarar o trabalho como um processo – definição de metas e etapas de desenvolvimentos das ações -, rentabilizando as competências individuais e do grupo, nos resultados intermédios e finais a construir;

4 – Ter a capacidade de continuamente avaliar o trabalho realizado, no sentido de reformular o que for necessário, ajustando estratégias e incorporando novas soluções e recursos.

As atividades interdisciplinares

São atividades que contam com o contributo de diferentes disciplinas, traves dos seus respectivos conhecimentos, métodos e instrumentos. Trata-se de um trabalho alargado e abrangente das questões. Revela-se um metodologia adequada á complexidade e transversalidade dos temas a abordar um espaço privilegiado no Projeto curricular de turma.

A pedagogia da negociação e do contrato

É um tipo de estratégia que funciona muito bem em grupos e turmas onde há relações de confiança, onde se partilham saberes, opiniões e sentimentos. Supõe a criação de um espaço de ação dentro do qual os alunos podem escolher, decidir e agir com certa autonomia e, portanto, com a maior liberdade e responsabilidade. As escolhas e as respostas procuram-se na base da negociação e do compromisso: - O que é que vocês acham? O que podemos fazer? Em que é que nos devemos comprometer? O que é que podemos cumprir? Parece-nos bastante útil quando queremos implicar os alunos em projetos de ações concretas, tanto na turma – por exemplo, para questões de desrespeito e discriminação -, como na escola ou na comunidade. O contrato pode ser feito com um aluno, um grupo de alunos ou toda a turma.

O estudo de caso

É uma metodologia com a qual se podem trabalhar de formas significativas os direitos humanos, partindo do conhecimento, da análise e da reflexão sobre casos concretos.

Muitas organizações de direitos humanos²⁴ centram o seu trabalho na denúncia e na procura de resolução de casos de violação dos direitos humanos, usando nomes próprios, referindo-se às vítimas e aos agressores, chamando a atenção para o abuso e arbitrariedade do poder, que põe em causa direitos fundamentais que deveriam ser reconhecidos.

Um estudo de caso tem a força de um documento, por se tratar de problemas e pessoas reais, a quem podemos olhar, ver o sofrimento e a humilhação, o que não pode deixar de marcar as nossas consciências, impelindo-nos a ação.

Podemos trabalhar situações de direitos humanos que nos dizem particularmente respeito, de nosso meio local e nacional – a discriminação de meninos pertencentes a minorias étnicas (ciganos, africanos, ...), os sem-abrigo, o trabalho infantil, os imigrantes ilegais, os maus tratos nas penitenciárias, o desemprego, as crianças em situação de risco, o abandono escolar, etc; também casos de pessoas e situações de relevância internacional, numa perspectiva histórica – Luther King, Mahatma Ghandi, etc. – ou pessoas da atualidade – Nelson Mandela e a sua luta contra apartheid, pelos direitos negros; Rigoberta Menchú e a sua luta a favor dos índios guatemaltecos; Cecil Rajendra e a sua luta pela liberdade e democracia no país (Malásia).

Como apresentar e trabalhar um estudo de caso

O caso em estudo deve ser apresentado de forma clara, sucinta e objetiva, embora, sem deixar de referir os aspectos fundamentais do problema. Desde logo, tratando-se de um caso real, há um trabalho de enquadramento social e histórico que importa fazer, tendo em conta a idade dos alunos e os recursos disponíveis.

O início da discussão pode começar com uma atividade de Brainstorm, em situação de aula. Os alunos expressam livremente as suas idéias, dizem o que sabem e o que pensam sobre o caso em estudos. Passam à fase da recolha de dados, de forma a conseguirem um conhecimento, o mais amplo possível, de todos os aspectos importantes. Podem fazê-lo individualmente ou em pequenos grupos, lendo textos, jornais, relatórios, consultando instituições, ouvindo pessoas, interrogando testemunhas, estudando documentos importantes (notícias, dossiers, dados estatísticas...), vendo vídeos, filmes, fotografias ou fazendo, se for possível, observação direta.

Segue-se a fase do tratamento e discussão dos dados recolhidos, primeiro ao nível dos grupos de trabalho – Que direitos estavam em causa? Que direitos eram (ou são) negados? Porque que está situação ocorreu? Quem falhou? Por que? Como se poderia ter resolvido? Quem tinha poder para fazer alguma coisa e não fez? Por que é que não se fazem leis para resolver estes problemas? Que tipo de leis se podem (e devem fazer)? É um caso isolado ou há muitos mais?

Este mesmo tipo de discussão deve fazer-se ao nível da turma, confrontando opiniões, tornando consciência das razões e das conseqüências das razões e das conseqüências envolvidos em cada caso em cada situação, na procura de soluções consensuais capazes de conduzir a um plano de ação.

Tempestade de idéias/ Brainstorming

É uma estratégia criativa, baseada na expressão livre e espontânea livre e espontânea de idéias sobre um determinado tema ou problema. Apela-se á criatividade e á imaginação dos alunos. Sem criticar, censurar ou limitar o conteúdo das causas intervenções, procurando, ainda assim, valorizar o ritmo e encadeamento lógico das diferentes participações.

24 – é o caso, por exemplo, da Amnistia Internacional.

O professor pode ir escrevendo no quadro as idéias principais, para, posteriormente, se analisarem os aspectos fundamentais da questão. Pode seguir-se um debate mais aprofundado sobre um ou vários dos aspectos realçados.

A discussão e o debate

É uma estratégia reflexiva muito importante – que pode ser utilizada a partir do final do 1º ciclo, uma vez que a capacidade de interrogação e questionamento está presente, desde muito cedo, em praticamente todas as nossas ações e atitudes.

Permite clarificar os princípios e valores que estão na base dos direitos humanos e também os assuntos e questões polémicas, em que há posições diferenciadas .

Como organizar um debate

Devemos debater tendo em linha de conta certas regras e procedimentos, previamente definidos, de forma a possibilitar discussões proveitosas.

Tratando-se de discutir questões de direitos humanos, é fundamental, por um lado, o respeito por esses mesmos direitos, desde logo, pela liberdade de expressão. O debate tem de permitir a diversidade e o pluralismo de opiniões, sem, contudo, deixar a idéia de que todas têm igual valor, por que isso não é verdade – por exemplo, dizer que “O João deve ir á escola, por que é meu amigo ou por que faz falta na equipe de futebol”, são argumentos menos fortes que dizer que “O João tem o direito de aprender ou que há leis que protegem esse direito do João”.

Outro aspecto tem a ver com a possibilidade de alguém humilhar ou insultar outrem, isto constituiria um atropelo grave aos direitos humanos e, como tal, inaceitável. Portanto, devemos ter em linha de conta que o debate não é simplesmente uma troca de opiniões, sem conseqüências, é um meio para pôr á prova o nosso pensamento e as nossas idéias, sabendo que, ao confrontá-las com as dos outros, podemos ter que vir a alterar a nossa posição inicial e isso é importante na procura de consensos e soluções válidas.

O papel do professor deve ficar definido desde o início. Pode limitar-se a ser moderador, atento ás intervenções e ao desenvolvimento da discussão, dando a palavra a quem pedir, procurando que ninguém monopolize o debate ou que este se afaste do essencial; pode ser um interveniente ativo, pontualizando determinados aspectos, se for o caso, de natureza jurídica, histórica, social e ética; ou intervir apenas no final do debate fazendo uma síntese final das

intervenções, realçando o mais importante e chamando a atenção para eventuais lacunas.

Resolução de problemas/ Saber gerir um conflito

É uma estratégia eficaz e bastante necessária, uma vez que, ao nível dos direitos humanos, continuamente nos deparamos com problemas e situações em que há confronto e valores.

Contudo, nem sempre os problemas são verdadeiros problemas. Estar em desacordo sobre um ponto preciso não significa que tenhamos de pôr tudo em causa, pode apenas tratar-se de uma questão de opinião, que devemos respeitar, mesmo que não concordemos. Também, ouvir críticas em determinadas situações não pode constituir um problema, ao contrário, pode ser uma oportunidade para aprender, se mostrarmos disponibilidade para melhorar e alterar o nosso comportamento e a nossa ação.

Vemos, assim, que muitos problemas podem ter fácil solução, mas há outros que podem assumir a forma de um verdadeiro conflito, com posições extremadas, onde encontrar uma resposta é muito difícil, embora não impossível. O objetivo é, então, encontrar a melhor solução possível, tendo em linha de conta todas as posições e vertentes do problema.

Como resolver um problema.

Antes de mais importa clarificar o conflito – o que está, de fato, em confronto, qual é a causa do problema – perceber a sua natureza e procurar dimensioná-lo, enquadrando-o em todas as vertentes.

Clarificar o problema é objetivar o mais possível o ponto da discussão, a questão do desacordo, o assunto ou tema que nos separa e é causa do diferendo. Ouvir todos os pontos de vista, ser capaz de se colocar no lugar do outro e de ir confrontando, pondo à prova, os nossos argumentos de todos os outros. Aprender a opinar e a justificar as nossas escolhas, ter razões para achar que uma solução é melhor que a outra e que, portanto, é preferível. Quando conseguimos justificar as nossas opiniões e idéias, damos aos outros razões para eles também as poderem aceitar.

O jogo de papéis

É uma estratégia de educação para os direitos humanos que consideramos muito eficaz, pelo envolvimento dos alunos, pela possibilidade de sentirem e viverem uma situação como se fossem os verdadeiros protagonistas. É uma experiência que não pode deixar de ser importante pela vivência que permite, pelos conhecimentos e sentimentos envolvidos.

Nessa situação, é necessária tomarmos consciência do papel que uns e outros desempenham na situação. Precisamos de informações, de conhecer e explorar todas as vertentes do problema, saber quais os direitos humanos que estão em causa, porque foram violados e o que é possível reivindicar ou fazer.

Organizar um jogo de papéis

Numa primeira fase é necessário trabalhar todos os aspectos do problema, para conhecer e dominar os elementos fundamentais da situação – lugar, época, personagem, características e interlocutores.

Sendo um jogo, um faz-de-conta, é importante, também, numa segunda fase, criar oportunidade de improvisação, os alunos, uma vez dentro da situação e do papel que lhes coube, pode representá-la como se estivessem em situação real.

No final da representação, deve fazer-se a análise e a interpretação do jogo, ouvir os atores e os observadores, confrontar pontos de vista. Os primeiros falarão da situação vivida, podemos questioná-lo sobre o que foi mais difícil defender ou dizer e porquê, sobre o significado de diferentes valores culturais, religiosos, etc; sobre as diferentes perspectivas que podia ter esse jogo de papéis; os segundos podem dizer o que mais os impressionou, enquanto viam o desenrolar da representação, que pensamentos lhes ocorreram, etc. pode seguir-se um debate.

As ações concretas

Na educação para os direitos humanos é muito importante ser capaz de agir, de ter comportamentos e atitudes, de passar á ação concreta, indo para além dos conhecimentos e das competências adquiridas.

Os contextos de ação podem ir do mais próximo – sala de aula, recreio, escola, comunidade local – até ao mais afastado, região, país e mundo.

Quando queremos agir, temos que identificar bem as possibilidades de intervenção, recursos e materiais, obstáculos, problemas e dificuldades. A seguir fazer um plano detalhado. Muitas vezes, é conveniente o recurso ao trabalho de projeto, ao estabelecimento de diferentes parcerias entre escolas e outros organismos da comunidade.

3.3 - Atividades: planos de aula e outras sugestões de trabalho

Entendemos que na educação para os direitos humanos importa, sobretudo, desenvolver competências e atitudes de participação e ação, o que supõe igualmente alguns conhecimentos. Com este objetivo, as atividades aqui propostas foram elaboradas tendo em conta três critérios fundamentais – abordar os conceitos e as questões fundamentais dos direitos humanos; - exemplificar metodologias e estratégias consideradas adequadas; - e divulgar materiais.

Os temas foram escolhidos tendo em conta a sua relevância quer a nível histórico – apartheid, nazismo – quer atual, tanto em Portugal como no mundo – o racismo, as minorias, os imigrantes ilegais, o trabalho infantil, etc.

A organização e apresentação, em ficha planificada, incluindo variantes e sugestões á atividades proposta, permitirá aprofundar, alargar ou enquadrar o tema, conforme a idade dos alunos, podendo ser trabalhadas nos diferentes ciclos do ensino básico.

Ás fichas, num total de dezoito, procuram uma lógica de trabalho que vai dos valores éticos, ás normas jurídicas, á violação dos direitos humanos e ás ações de trabalho concreto. Algumas formas adaptadas dos manuais analisados, tendo outras sido pensadas e organizadas por nós a partir de uma idéia sobre um tema a trabalhar ou de um material a explorar.

Ficha 1 – as qualidades essenciais do ser humano.

- Ficha 2 – ter um direito – os direitos humanos
- Ficha 3 – a árvore dos direitos
- Ficha 4 – a cidade dos direitos
- Ficha 5 – um país justo
- Ficha 6 – a violação cotidiana dos direitos humanos
- Ficha 7 – situações com seres humanos
- Ficha 8 – o racismo
- Ficha 9 – a discriminação cultural e social dos ciganos
- Ficha 10 – o apartheid – a segregação dos negros
- Ficha 11 – os imigrantes ilegais
- Ficha 12 – os refugiados
- Ficha 13 – meninos diferentes, meninos iguais - a multiculturalidade
- Ficha 14 – o desacordo
- Ficha 15 – solucionar problemas
- Ficha 16 – o trabalho infantil em Portugal
- Ficha 17 – o nazismo
- Ficha 18 – viver os direitos humanos

Tema

As qualidades essenciais do ser humano

Objetivos

- compreender o que significa a expressão “ser humano”.
- identificar qualidades humanas essenciais e relacioná-las com necessidades e direitos humanos.

Estratégias metodológicas

- trabalho de grupo, brainstorming; debate...²⁵
- no quadro ou numa folha de cartolina desenhar um círculo grande e escrever no centro a palavra “humanos”; pedir aos alunos que, livremente, indiquem qualidades que, segundo eles, definem os seres humanos (ex: inteligência,...).
- em seguida, perguntar-lhe o que consideram necessário para proteger e desenvolver plenamente essas qualidades e porquê; colocar as suas respostas, numa lista, fora do círculo (ex: educação...).
- discussão sobre o trabalho realizado: orientar o debate, a partir de perguntas como: - olhando para dentro do círculo, quais são as qualidades fundamentais do ser humano? São de todos ou só de alguns? São os seres humanos, naquilo que é essencial, todos iguais? Porquê? Podemos nós deixar de ter alguma das nossas qualidades fundamentais? Por exemplo, só os seres humanos podem comunicar através de discurso, podemos abdicar da nossa linguagem, da nossa capacidade de falar? O que é que acontece quando os governos (ou alguém) negam ou dificultam a realização das qualidades essenciais?
- olhando para a lista, no exterior do círculo, o que precisam os seres humanos para que as suas qualidades essenciais se desenvolvam plenamente? Essas coisas, necessárias á vida e ao desenvolvimento humano, são desejos ou necessidades? O que acontece quando não os temas asseguradas?

- questionar os alunos sobre a conclusão a tirar; levá-los a compreender que tudo o que está dentro do círculo diz respeito à dignidade humana; tudo o que está fora é necessário a essa dignidade. Os direitos humanos estão baseados nas necessidades, naquilo que o ser humano necessita para desenvolver as suas qualidades essenciais.

25 temos a noção que outras explorações pedagógicas são possíveis.

Variantes da atividade para os mais novos

- Perguntar às crianças, sentadas em círculo: em que aspectos os seres humanos são diferentes das plantas, dos animais e das coisas? (ex: podem falar, escolher, decidir,...)

- quais as qualidades boas que têm as pessoas? (cada uma, na sua vez, descreve a sua melhor qualidade e diz porque é que acha que é uma boa qualidade); se as crianças tiverem dificuldade em relatar qualidades delas próprias, podemos perguntar-lhes pelas qualidades que admiram na mãe, na avó, nos irmãos; as crianças dizem também se têm ou não essa mesma qualidade; escrever uma lista de qualidades, no quadro ou na folha de cartolina;

- colocar outras questões: - tu respeitar nas pessoas a qualidade que lhes estás a atribuir? Respeitas as qualidades dos outros, mesmo que tu não as tenhas?

- já sentiram alguma vez que as vossas qualidades foram desrespeitadas por alguém? Já foram insultadas? Já vos chamaram nomes? Porque é que as pessoas dizem às vezes coisas más umas às outras? Quando isso acontece, o que sentes e pensas? Por que será que pensas e sentes assim? Todos os seres humanos devem ser respeitados. Por quê?

- em pares ou individualmente fazem um desenho com legenda, mostrando uma forma de respeito por alguém; em seguida, apresentam e discutem as suas ideias na turma.

(ficha de trabalho adaptado do manual Aqui e Agora)

Outra proposta de trabalho

Para trabalhar as qualidades essenciais do ser humano podemos analisar o texto “Menino Selvagem”, partindo de questões como: - Porque é que ele não conseguiu ser como os lobos? Que qualidades humanas essenciais não pode desenvolver? Porquê? Porque é que achas que não achas que não conseguiu sobreviver, quando regressou ao contato com os humanos?...

Tema

Ter um direito – os direitos humanos

Objetivos

- compreender o significado da palavra direito.
- identificar as características dos direitos humanos.

Estratégias metodológicas

- Brainstorm; análise, debate; interrogação/perguntas e respostas;...

Desenvolvimento da atividade

- o professor discute com os alunos o significado da palavra “direito” (ex: correto, o contrário de esquerdo, uma coisa justa,...) e da expressão “ter um direito” (ter algo que é seu, uma coisa que nos pertence...).
- em trabalho de grupo, os alunos vão pensar nas características dos direitos humanos; distribui-se uma folha de cartolina dividida em quatro partes, com as seguintes expressões: “todos temos os direitos”; “Os direitos humanos não podem ser tirados a ninguém”; “Os direitos humanos dependem uns dos outros”, “Não podemos ter uns direitos, enquanto outros nos são negados”; os alunos discutem e escrevem o que entenderem por baixo de cada expressão.
- Apresentação dos trabalhos á turma: as características comuns escrevem-se no quadro; discussão sobre as características dos direitos humanos (universais, inalienáveis, interdependentes e indivisíveis).

Material

- DUDH (simplificada; glossário, folhas de cartolina (uma por grupo)).

Variante da atividade para os mais crescidos

- ler e analisar dois parágrafos do preâmbulo da DUDH e o 1º artigo: - O que é que aí é dito sobre as pessoas? São todas as pessoas? Por quê?
- ler e discutir a afirmação: “há pessoas que pensam que os valores universais são impossíveis de cumprir”. O que é que tu achas? Qual será a nossa responsabilidade perante os direitos humanos?
(ficha de trabalho adaptado do manual Aqui e Agora)

Tema

A árvore dos direitos

Objetivos

- Identificar as necessidades humanas
- Relacionar as necessidades humanas com os direitos humanos.

Estratégias metodológicas

- Brainstorm, análise; debate, perguntas e respostas; expressão plástica...

Desenvolvimento da atividade

- o professor expõe aos alunos a seguinte situação: “Tal como uma árvore que precisa de boa terra, água e sol, para crescer forte e dar saborosos frutos, também nós necessitamos (temos o direito a ter) algumas coisas fundamentais para vivermos bem e felizes. É sobre isto que vamos trabalhar”.
- em pequenos grupos, os alunos desenham, em papel cenário ou numa folha de cartolina, uma árvore, com ramos; separadamente, desenham folhas, flores ou frutos, onde vão escrever aquilo que acham que é necessário a vida das pessoas (ex: família, amizade, comida ...); colocam, seguidamente, as folhas, as flores ou

os frutos (depois de pintadas e ilustradas), de modo a construir uma árvore harmoniosa.

- cada grupo apresenta o seu trabalho á turma; discussão sobre os trabalhos realizados.
- expõem-se as árvores na sala de aula ou num espaço comum da escola.

Material

- papel cenário ou folhas de cartolina, folhas A4 (para fazer as folhas...), marcadores; DUDH (simplificada) ou convenção dos direitos da criança (simplificada).

Para continuar a explorar atividade

- fazem as árvore a partir do DUDH ou da convenção dos direitos da criança, fazendo corresponder á folhas, flores, frutos e raízes as artigos que identificaram; os alunos colocam a sua interpretação do conteúdo do artigo (sem transcrição).
(ficha de trabalho adotada do manual Aqui e Agora)

Tema

A cidade dos direitos

Objetivos

- identificar direitos civis e políticos
- relacionar os direitos com as instituições sociais da comunidade.

Estratégias metodológicas

- trabalho de grupo; pesquisa; debate; atividade interdisciplinares (matemática, geografia, história...); ...

Desenvolvimento da atividade

- divide-se a turma em grupos e pede-se aos alunos que criem um mapa da comunidade local (bairro, vila, cidade...); desenham os lugares e instituições sociais aí existentes (ex: parques, hospital, estação de rádio, escola...).
- analisam o mapa do ponto de vista dos direitos humanos, associando aos respectivos lugares e instituições o direito correspondente (ex: tempos livres/parques; hospitais/saúde; rádio/informação; escola/educação...).
- identificam os direitos assinalados com os artigos da DUDH, escrevem cada um dos artigos identificados, num retângulo de cartolina e vão colocá-lo no respectivo lugar do mapa.
- apresentam os trabalhos á turma e discutem, conjunto, o mapa dos direitos humanos da comunidade, partindo de questões como: - estão assinaladas todos os direitos fundamentais? Quais os direitos que faltam e deveriam ser incluídos? (recorrem á DUDH); há nalguma parte do mapa uma concentração de direitos? Por que será? Há nessa comunidade pessoas que vêem os seus direitos violados? Que pessoas e quais direitos? Que necessidades há nesse bairro do ponto de vista dos direitos humanos?

Materiais

- DUDH (simplificada); cartolinas; marcadores.

Para continuar a atividade

- organizar um debate, com alguém da comunidade, para tratar de questões locais de direitos humanos (um médico, um enfermeiro, um bombeiro...).
- Inventar/criar, com a ajuda da DUDH, uma cidade perfeita onde existam todas as instituições necessárias para garantirem os direitos humanos.

26 muitas vezes, o desenvolvimento da atividade pode dar lugar a várias aulas.

Vamos criar um país justo

Objetivos

- Compreender as noções de igualdade e justiça

Estratégias metodologias

- é apresentada aos alunos a seguinte situação: “Imaginem que vão ter oportunidade de definir as idéias (os princípios, o que está antes de tudo, o que está na base) para a construção dum novo país. Convém ter em atenção que nenhum de vós sabe que lugar terá nessa nova sociedade, se será pobre ou rico, varredor ou ministro, mas sabem que das vossas escolhas dependerá o futuro de todos. Discutam bem que tipo de país e de sociedade querem construir. Podem comparar a construção do país a uma corrida de atletismo, em que todos correm para atingir uma meta, no caso do país, seria justiça, o bem-estar para todos.

A – Escolhem fazer uma corrida, em que o mais importante é todos atingirem uma meta. Por isso, decidem ser solidários uns aos outros, não deixar ninguém para trás, mesmo que isso signifique diminuir o ritmo e não fazer e não fazer os melhores tempos.

B – Escolhem fazer uma corrida em que o mais importante é o ritmo, chegar á meta o mais depressa possível, sem preocupação com os outros, mesmo que fiquem muitos para trás, caídos nas margens.

- escolhido a hipótese, vão chegar a acordo em 5 idéias (os tais princípios primeiros) para construir esse tipo de sociedade que escolheram, de forma a que as leis futuras (em relação ás liberdades individuais e políticas e aos direitos sociais, económicos e culturais) estejam de acordo com as vossas idéias.

- trabalho de grupo (distribui-se uma fotocópia , onde está escrito, no topo: “As futuras leis deste país devem garantir aos seus habitantes...”

- apresentação da declaração de princípios de cada grupo, à medida que são lidos são escritos no quadro; assinalam-se os semelhantes e acrescentam-se os que surgirem de novo.

- análise dos resultados com a turma: - Quais são as idéias mais assinaladas? Alguém quer comentar? Haverá outras igualmente importantes que não estejam referidas? Podemos eliminar algumas?

Material

- DUDH (simplificada); fotocópia com a frase introdutória da declaração de princípios para o novo país.

(ficha elaborada a partir da idéia de justiça equitativa de J.

Rawls)

Para continuar a atividade para os mais crescidos

- em pequenos grupos, encontrar, para cada um dos princípios da Constituição do país imaginário os artigos da DUDH correspondentes;
- procurar (com a ajuda do glossário) a distinção entre direitos civis e políticos e direitos sociais econômicos e culturais.

Variante da atividade para os mais novos

- imaginar a criação de uma nova escola: criar uma lista de direitos que possam ajudar a vida da comunidade escolar; à frente de cada direito de escrever o respectivo dever.

- criar uma lista de responsabilidades individuais, de grupo e coletivas (ex: eu sou responsável por...; a turma é responsável por...; todos somos responsáveis por...).

- trabalhar o livro “A Constituição da Republica trocada por (para) miúdos”: o que está na base das leis dum país democrático; as diferentes categorias de direitos.

Tema

As violações dos direitos humanos

Objetivos

- conscientizar para as violações dos direitos humanos.

- promover ações de proteção dos direitos humanos.

Estratégias metodológicas

- Análise de notícias e documentos, construção de textos; ...

Desenvolvimento da atividade

- dividir a turma em pequenos grupos; cada grupo recebe um jornal ou páginas de jornal, desse dia ou dessa semana.

- os alunos procuram em todas os espaços (notícias, anúncios, reportagens, opinião, economia, desporto,...) exemplo de direitos violados; transcrevem o título completo para uma ficha, previamente distribuída.

- discussão: - Que direitos violados (civis e políticos, sociais, econômicos e culturais) elaboram um comentário: o que pensam da situação? Que direitos estão a ser violados? Quem poderia ajudar? Quais as soluções possíveis?

Materiais

- jornais ou revistas; DUDH (simplificada)

Para continuar a explorar atividade

- elaborar, durante um mês ou a um ano, um dossier de imprensa sobre violações dos direitos humanos (pode ser em geral ou sobre um determinado tema).

Variante da atividade para os mais novos

- em pequenos grupos, os alunos relatam entre si casos de violação de direitos humanos; escolhem um e fazem os seus relatos por escrito; cada grupo apresenta á a turma o caso escolhido; discutem-se os casos relatados para se saber que direitos humanos estão a ser violado e por quem; com os casos dos diferentes grupos constrói-se um painel que pode ser completado com os artigos correspondentes aos direitos da DUDH.

Tema

Situações com seres humanos

Objetivos

- compreender aspectos relativos á diversidade e dignidade humanos.
- reconhecer violações graves dos direitos humanos.

Desenvolvimento da atividade

- cada aluno escolhe uma fotografia das que estão disponíveis em cima de uma mesa; observa-a, atentamente.
- o professor questiona pausadamente e os alunos escrevem as respostas numa folha: - porque escolheram esta fotografia? O que é que acham que o fotografo quis mostrar? Há nessa fotografia alguma coisa que vos seja familiar? Algo que tenham imediatamente reconhecido? O que é que está mais próximo ou mais afastado da vossa realidade?
- o que será que essas pessoas da fotografia sentem? Como viverão a sua vida? Terão valores e desejos diferentes dos nossos? Vêm alguma discriminação ou violação de direitos dessas pessoas?
- discussão sobre a dignidade humana: de que modo essa fotografia expressa a dignidade humana? Há alguma coisa que pareça prejudicar essa dignidade esse valor que todas as pessoas têm)? O quê? Porquê? As pessoas da fotografia devem ou não ter os mesmos direitos que todos os outros? Porquê?...

Material

- 20 a 30 fotografias, sem qualquer legenda.

(adaptado de Educação para os Direitos

Humanos, IIE, 2000, p. 11)

para continuar a explorar atividade

- pesquisar sobre o país, cultura e vida da pessoa da fotografia.
- escrever um diálogo com a pessoa da fotografia; escrever um poema, um texto ou uma mensagem que capte os sentimentos da pessoa.

Variante da atividade

- seccionar e trabalhar as fotografias por temas: análise de fotografias sobre pessoas de diferentes etnias, raças, religiões; debate e comentários.

Tema

O racismo

Objetivos

- reconhecer que há comportamentos e atitudes discriminatórias em relação a pessoas de cor diferente.
- desenvolver atitudes de respeito mútuo e de solidariedade.

Estratégias metodológicas

- expor a atividade: “Vamos ler, analisar e comentar poesias em que pessoas negras são discriminadas”.
- dividir a turma em quatro grupos e distribuir, a cada um, uma das poesias selecionadas; pedir aos alunos que, em grupo, leiam, discutam e analisem a respectiva poesia, partindo de perguntas como estas: - Que sentimentos experimentam ao lerem a poesia? O que pensam que a pessoa sentiu? Por que é que acham que isso acontecia? Julgam possível que situações dessas aconteçam hoje, no vosso país, na vossa sociedade, na vossa escola? Que razões haveria para a discriminação?
- o que pensariam as pessoas ao sofrerem a situação descrita? Que consequências para a sua vida? Quais seriam as atitudes corretas? O que fariam vocês?; Escrevam um comentário.
- cada grupo apresenta aos outros a poesia que trabalhou, lendo também o comentário.
- discussão em grupo alargado das atitudes racistas encontradas nas poesias.

Material

- fotocópias com as poesias: “O menino não entrou na roda”²⁷; “A cor que se tem”; “Eu também”; “Lágrima de preta” – os artigos 1 e 2 da DUDH.

Para continuar a explorar atividade

- os alunos constroem um painel com as poesias e os comentários escritos; elaboram desenhos e cartazes sobre as poesias.
- fazem o debate com outra turma ou a nível de toda a escola sobre o racismo.

27 – um dia, uma professora disse-me: “eu não podia trabalhar esta poesia na minha turma, por que haveria logo comentários desagradáveis” Na verdade, a

sensibilidade do professor é muito importante na escolha dos textos a trabalhar nas turmas.

Tema

A vida dos ciganos portugueses

Objetivos

- conhecer aspectos da cultura e do modo de vida da minoria cigana.
- valorizar as diferenças e ter atitudes de não discriminação.
- discutir formas para a integração social dos ciganos.

Desenvolvimento da atividade

- expor a atividade: “Vamos ler histórias de pessoas ciganas. Vão ver que a sua cultura é diferente da nossa e que talvez saibamos muito pouco acerca deles”.
- a turma lê e comenta os textos “Pode ir á escola” e “Somos cada vez menos ciganos”; o professor questiona sobre a vida e a cultura dos ciganos – família, língua, casamento, morte, luto, educação, habitação, trabalho,...; pedir aos alunos que identifiquem os desejos da menina e da senhora.
- os alunos reúnem-se em grupo e relêem o texto; preenchem uma grelha de análise sobre a cultura cigana.

Material

- textos do livro: “Eu, Cigano sempre!; ficha de trabalho/grelha de análise dos textos.

Para prosseguir a atividade

- fazer uma entrevista a um cigano, apresentá-lo á turma e enviá-la para o jornal escolar.
- fazer um debate, colocando aos alunos a seguinte questão: “acham que o governo faz tudo o que devia fazer para promover e integrar os ciganos na nossa sociedade?;” “Imaginem que são os Primeiros Ministros, os que fariam para promover a integração social dos ciganos no nosso país?”.
- ler o livro: “Eu, cigano sempre! – histórias de vida”, ministério da educação, Lisboa, 2000 (ver se existe na Biblioteca Escolar ou municipal).

Tema

O apartheid – a segregação dos negros

Objetivos

- compreender o significado e a dimensão pessoal e social do apartheid.
- conhecer o papel de figuras de relevo mundial na luta pela liberdade e pelos direitos dos negros.

Estratégia metodológica principal

- estudo de caso.

Desenvolvimento das atividades

- expor o trabalho: “Vamos estudar um dos maiores problemas de direitos humanos que existiu no mundo até há pouco tempo – o apartheid – através do estudo de Nelson Mandela”.
- começar com uma atividade de discussão livre, perguntando aos alunos: - Sabem quem é este senhor? O que foi o apartheid? O que significou a sua luta para a libertação do seu povo? Registrar no quadro ou numa cartolina as expressões e informações mais relevantes.
- o professor enquadra a situação dos negros na África do Sul; leitura e análise do excerto do discurso de Nelson Mandela (Prémio Nobel da Paz, Oslo, 1993); o texto é lido com a turma, parágrafo a parágrafo, analisando, compreendendo e discutindo os aspectos fundamentais.
- pedir aos alunos formas de continuar o trabalho; identificar e elaborar planos de pesquisa diversos, de forma a complementar e a rentabilizar as informações.

Para prosseguir o estudo de caso

- Os alunos individualmente ou em pequenos grupos pesquisam (Internet, manuais de história, discursos, relatórios, arquivos, notícias, documentários, entrevistas, vídeos, fotografias, filmes...).
- partilha de informações; tratamento e análise, em situação de aula, dos materiais recolhidos; discussão sobre os dados tratados; produtos e conclusões; organização de um dossier com os trabalhos mais significativos; escrita de artigos; exposição de trabalhos.

Outras sugestões para os estudos de caso

- Para o mesmo tema, estudar o caso de Martin Luther king; para o ambiente, estudar o caso do brasileiro Chico Mendes; para a questão dos índios estudar o caso de Rigoberta Menchú.

Tema

Os imigrantes ilegais em Portugal

Objetivos

- Conhecer a situação dos imigrantes ilegais no nosso país.
- Compreender as necessidades de integração dos imigrantes na sociedade portuguesa.

Estratégia metodológica principal

- Estudo de caso

Desenvolvimento da atividade

- Expor a atividade: “Nos últimos anos, tem aumentado o número de imigrantes ilegais no nosso país. São estrangeiros sem os documentos necessários para poderem gozar os direitos de cidadania. Não podem arranjar trabalho, ter assistência médica, alugar uma casa, etc.”
- Começar o estudo deste tema, em situação de aula, a partir da leitura e análise do texto de José Saramago “Identidade”; formar grupos e planificar as atividades a desenvolver.
- Recolher notícias nos jornais e revistas, junto do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) e do ACME (Alto Comissariado para as Minorias Étnicas) sobre a realidade e a situação destes imigrantes.
- Contactar as associações de imigrantes (ucranianos, romenos, cabo-verdianos, brasileiros, ...); ouvir testemunhas de pessoas sobre a sua situação de imigrantes ilegais.
- trabalhar as informações; construir textos, desdobráveis e cartazes; divulgar estes materiais para sensibilizar a escola e a comunidade sobre a situação dos imigrantes clandestinos em Portugal.

Material

- Texto de José Saramago; recortes da imprensa.

Variante para os mais novos

- estudar a história de um colega pertencente a uma minoria étnica (se ele concordar e, m colaborar).
- estudar casos de violação dos direitos humanos em contexto escolar (as agressões no recreio; os roubos; as discriminações,...).

Tema

Os refugiados – o drama da guerra

Objetivos

- conhecer uma das conseqüências mais dramáticas dos conflitos armados.
- compreender as dificuldades e as necessidades de proteção das populações refugiadas.

Estratégia metodológica principal

- Jogo de papéis/representação de uma situação real.

Desenvolvimento da atividade

- Expor a situação: “Um grupo de pessoas foge da guerra e dos bombardeamentos, procurando atingir um acampamento das Nações Unidas do outro lado da fronteira. Estão debilitados com fome e doentes, mas sabem que tem direito, embora possuam todas as informações, para poderem convencer os guardas fronteiriços a deixá-los passar”.
- Ler, em conjunto, o texto sobre os refugiados; exploração dos aspectos relevantes para a situação em causa; perguntas e respostas do professor e dos alunos.

- Divisão da turma em dois grupos: os guardas e os refugiados; distribuição de uma fotocópia com os argumentos de uns e outros, para que possam representar adequadamente o papel; cada grupo escolhe os elementos que vão respectivamente fazer de guardas e de refugiados; ensaiam a situação, introduzindo elementos de improvisação.
- Inicia-se a representação; os espectadores seguem com atenção o jogo e tomam notas se necessário.
- Discussão sobre a representação: - Que sentimentos experimentaram? Que emoções? Que pensamentos? Como avaliam a experiência? Pede-se aos observadores os seus comentários: - O que mais vos impressionou e porquê? O que acham que foi mais e menos conseguido, etc.

Material

- Fotocópias com informações sobre os refugiados e os argumentos dos funcionários da fronteira e dos refugiados.
(adaptado de Primeiros Passos)

Sugestões para continuar a explorar o tema

São colocadas aos alunos as seguintes situações, para que possam representar diferentes papéis:

- Imaginem que são os representantes do grupo que acaba de chegar ao campo de refugiados e têm que contactar as pessoas responsáveis pela ajuda humanitária: - O que pedem em primeiro lugar? Quais os maiores problemas que têm para resolver? O que pensam ser necessário para a sobrevivência e a união do grupo?
- imaginem que são um médico desse campo de refugiados, façam o relatório de um dia de trabalho
- Imaginem que são responsáveis pela distribuição da ajuda humanitária no campo: - como pensam fazer? Que regras estabelecem para garantir uma distribuição justa? Quem ajudam em primeiro lugar? Os que não tiverem já possibilidades de sobreviver ficam fora da ajuda? Porquê?

Propostas para os mais crescidos prosseguirem a atividade

- Consultar a Convenção Relativa ao Estatuto do Refugiado (1953); seleccionar dois parágrafos do Preâmbulo desta Convenção e analisá-los
- Fazer uma pesquisa sobre a situação dos refugiados em Portugal.

Tema

Meninos diferentes, meninos iguais

Objetivos

- Compreender que todos somos um pouco multiculturais
- desenvolver atitudes de respeito, tolerância e amizade de uns para com os outros.

Estratégias metodológicas

- Análise; discussão; dramatização.

Desenvolvimento da atividade

- Apresentar a situação a dramatizar: “Todos os dias lidamos com pessoas de diferentes raças e cultura. À primeira vista, pensamos que são diferentes de nós, mas logo que começamos a conhecê-las, damos-nos conta de que pensam, falam, amam e sorriem tal como nós. Se nos fixarmos um pouco mais, descobrimos, até, que todos somos um pouco africanos, europeus, asiáticos e índios”.
- pesquisa sobre o tema da multiculturalidade; tratamento compreensivo do texto (leitura análise e interpretação); trabalhar, separadamente, as diferentes situações (pensamentos, sentimentos, comportamentos e atitudes dos intervenientes); questionar os alunos sobre o final; comentar a importância da educação para a tolerância.
- Distribuir os papéis; ensaiar a representação das diferentes situações; discutir as expectativas, as dificuldades e as possibilidades da representação; explorar opiniões; idéias, soluções, pontos de vista, etc.; pedir aos alunos que decorem os diálogos.
- Dramatização do texto
- debate após a dramatização, perguntando aos espectadores: - o que pensaram? Que sentimentos experimentaram? Identificaram-se com alguém ou alguma coisa em particular? Perguntar aos atores: - O que sentiram de especial? Alguma coisa foi particularmente tocante para vós? Porquê?... .

Material

- texto de Nicolas Guillén: “poema com crianças”; alguns adereços cênicos.

Propostas para prosseguir a atividade

- Convidar uma turma para assistir á representação; planejar a integração da dramatização na festa de fim de ano; ir a um centro de 3º idade e representar o texto para os idosos.

Variante da atividade para os mais novos

- Dramatizar o conto “Meninos de todas as cores”, de Luisa Ducla Soares
- Construir um painel com o texto (transcrição), a ilustração e os textos dos alunos a partir do conto.

Tema

O desacordo

Objetivos

- Identificar e desacordos e conflitos
- Compreender a importância do dialogo, em situações de desacordo e conflito.

Estratégia Metodológica Principal

- Resolução de problemas.

Desenvolvimento da atividade

- No quadro ou numa folha de papel colocar a palavra “desacordo” e traçar um círculo á volta.
- Pedir aos alunos que refiram situações em que tiveram algum tipo de desacordo; o desacordo costuma ser com quem? (ex: com os irmãos, os pais, os colegas, os amigos, a professora).
- Fazer uma lista de situações de desacordo ou problemas vividos por cada um; perguntar o que é que esses “desacordos” têm em comum; associar as palavras: “desacordo”, “problema” e “conflito”.
- Pedir aos alunos que façam redes de conflitos, partindo das perguntas: - Qual é o problema? É com quem? Porquê? Quem interferiu? Quem piorou a situação? Quem ajudou a resolvê-la? Qual foi a solução? Pensas em agir de outro modo da próxima vez? (Ex: costumo estar em desacordo com o meu irmão, por causa da televisão, porque queremos ver programas diferentes ao mesmo tempo e só temos uma televisão; discutimos, às vezes, lutamos, mas também, muitas vezes, conversamos e chegamos a acordo.)

Material

- Ficha de trabalho “Rede de conflitos”.

Proposta para variar a atividade para os mais novos

- Registrar os conflitos da sala de aula durante uma semana; discuti-los com os colegas e a professora.

Proposta para variar a atividade para os mais velhos

- a partir das palavras: “Iraque”, “Terrorismo” fazer redes de conflitos.

Tema

Solucionar problemas para atingir uma meta

Objetivos

- Compreender que quando temos um problema temos sempre que considerar diferentes alternativas.
- Reconhecer a necessidade de fazer a melhor escolha possível.

Estratégia metodológica principal

- Resolução de problemas

Desenvolvimento da atividade

- Ler com os alunos a história “Um acidente de avião”; perceber as dificuldades que esperam os sobreviventes; ter consciência de que a resolução dos problemas depende da ponderação e coesão do grupo.

- Resolução, um a um, dos problemas que vão surgindo: começar por clarificar o problema; considerar e analisar todas as razões, implicações e conseqüências das duas alternativas; escolher a alternativa a ou b e justificar porquê; se necessário construir uma terceira alternativa, explicando a razão.

Material

- o texto com a história “Um acidente de avião”.

(adaptado de Primeiros Passos)

Propostas para variar a atividade

Para os mais novos...

- trabalhar a história “Uma História de Amizade”; contar a história; clarificar o conflito; simular a situação; relatar a seqüência; fazer associações com outros problemas.

Para os mais crescidos...

- discutir dilemas morais: o que é bem fazer; o que devíamos fazer; o que podemos fazer; há aspectos que não dependem de nós; o que é que acham certo e correto, porquê,...

Tema

O trabalho infantil em Portugal

Objetivos

- compreender os diferentes aspectos e interesses em confronto, no problema do trabalho infantil.

Estratégia metodológica

- debate / discussão.

Desenvolvimento da atividade

- Expor a situação: “Como sabem, em Portugal, existem meninos que abandonam a escola e vão trabalhar. O trabalho infantil é um problema de direitos humanos porque as crianças e os jovens têm direito á educação”.
- Acordar co os alunos algumas regras e procedimentos: ouvirem-se uns aos outros, deixar que todos falem, não ser incorreto, não monopolizar o debate,...
- discussão livre sobre o tema; escrever no quadro os aspectos mais polémicos; ouvir os argumentos de todos; procurar que os alunos exponham as suas idéias e as confrontem com as dos outros; aprender a argumentar, a dar razões, respeitar o pluralismo de opiniões; criar consensos;...
- síntese do debate, feita pelo professor: realçar as principais conclusões; chamar atenção para eventuais lacunas.

Material

- Artigo 26º da DUDH; artigo 43º da Constituição da República Portuguesa.

Variantes da atividade

- identificar outros assuntos polêmicos da atualidade mediática e organizar debates.
- fazer debates em painel: numa primeira fase aos alunos discutem em grupo; numa segunda fase a discussão é entre os representantes de cada grupo.

Tema

O Nazismo

Objetivos

- Conhecer aspectos históricos relacionados com a perseguição aos judeus.
- Reconhecer o valor e a relevância de atitudes como as do cônsul português Aristides de Sousa Mendes.

Estratégias metodológicas

- visionamento de um vídeo; debate.

Desenvolvimento da atividade

- Preparação do visionamento do vídeo: informações sobre Aristides de Sousa Mendes e a perseguição dos judeus na II Guerra Mundial; o contexto histórico; a posição portuguesa; a decisão de Aristides de Sousa Mendes; elaborar um pequeno guião de leitura do vídeo.
- Debate sobre o vídeo.

Material

- Vídeo de “Aristides Sousa Mendes – o cônsul injustiçado” (1992), RTP.
- Guião de explosão pedagógica do vídeo “Aristides Sousa Mendes – o cônsul injustiçado”, IIE, 2002.

Outras propostas

- Trabalhar o texto Anne Frank.
- visionar o filme: “A lista de Schindler” (1994), Steven Spielberg; visionar o filme: “O Ditador” (1940), de Charles Chaplin.

Tema

Viver os direitos humanos

Objetivos

- conhecer os artigos da DUDH.
- tornar os artigos da DUDH significativos na vida quotidiana.

Estratégias metodológicas

- trabalho de projeto; atividades interdisciplinares; escrita; expressão plástica; expressão dramática; expressão corporal; expressão musical;...

Propostas de atividades possíveis

- 1 – Cada aluno escolhe um dos artigos da DUDH, transcreve-o para uma folha A4 e ilustra-o; construção de um painel com o conjunto dos trabalhos.
- 2 – Trabalhar a DUDH através da criação de poemas, textos, canções, jogos, provérbios, histórias, anúncios, panfletos, bandeiras, teatro, dança, etc; construir um grande painel com os trabalhos escritos e de expressão plástica; fazer uma festa com os trabalhos expressivos.
- 3 – criar um calendário com os artigos da DUDH; criar postais com situações que mostrem que os direitos humanos fazem parte das nossas vidas; vender os calendários e os postais a favor de uma campanha de direitos humanos na comunidade.
- 4 – Promover encontros entre turmas e escolas, para partilhar atividades e experiências na área dos direitos humanos.
- 5 – celebrar dias relacionados com os direitos humanos: o dia mundial dos direitos humanos (10 de Dezembro), o dia mundial da criança (1 de Junho), o dia internacional da mulher (8 de Março), etc.

Materiais

- A DUDH (simplificada); Convenção dos direitos da criança (simplificada); provérbios e outros textos.

Os instrumentos jurídicos

Versões simplificadas

Referimos, no 1º capítulo, os principais documentos históricos e jurídicos, fundadores dos direitos humanos. Constituir com eles um dossier seria um bom recurso para educação em direitos humanos em contexto escolar.

Contudo, entendemos que, a fim de servirem de instrumentos de trabalho, esta brochura deveria incluir as versões simplificadas da Declaração Universal dos Direitos humanos, da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e da Convenção Européia dos Direitos Humanos – isto porque, dado tratar-se de trabalho pedagógico, de aprendizagem dos direitos, será mais conveniente trabalhar com versões acessíveis. Incluímos ainda um glossário, por considerarmos importante a clarificação e a discussão dos conceitos fundamentais.

Declaração Universal dos Direitos Humanos (simplificada)

Artigo 1º

Quando as crianças nascem, são livres e todas devem ser tratadas da mesma maneira. São dotadas de razão e de consciência e devem agir uns com os outros amigavelmente.

Artigo 2º

Os direitos enunciados na Declaração são para toda a gente:

Homem ou mulher

Qualquer que seja a cor da pele

Qualquer que seja a língua

Quaisquer que sejam as idéias

Qualquer que seja a religião

Qualquer que seja a fortuna

Qualquer que seja o meio social

Qualquer que seja o país de origem.

Não importa também que o teu país seja independente ou não.

Artigo 3º

Tens o direito de viver, livre e em segurança.

Artigo 4º

Ninguém tem o direito de te escravizar nem tu tens direito de escravizar os outros.

Artigo 5º

Ninguém tem o direito de te escravizar nem tu tens o direito de escravizar os outros.

Artigo 6º

Tu deves ser protegido pela lei como todas as outras pessoas em qualquer parte do mundo.

Artigo 7º

A lei é mesmo para toda a gente; deve sr aplicada do mesmo modo para todos.

Artigo 8º

Deves pedir a proteção da justiça quando os direitos que o teu país te reconhece não forem respeitados.

Artigo 9º

Ninguém tem o direito de te prender ou de te expulsar do teu país injustamente ou sem motivo.

Artigo 10º

Se tiveres que ser julgado, tens de o ser publicamente. Os que te julgarem devem estar livres de qualquer influencia.

Artigo 11º

Deves ser considerado inocente enquanto não se pode provar que és culpado. Se fores acusado de uma infração, deve ter sempre o direito de te defender. Ninguém tem o direito de te condenar nem de te castigar por qualquer coisa que não tenhas feito.

Artigo 12º

Tens o direito de pedir proteção se alguém quiser entrar em tua casa, abrir as tuas cartas, importunar-te ou incomodar a tua família sem motivo ou ainda se alguém quiser manchar a tua reputação.

Artigo 13º

Tens direito de circular como quiseres no teu país. Tens o direito de ir para outro país e de voltares quando quiseres.

Artigo 14º

Se te fizerem mal, tens o direito de ir para outro país e pedir ai proteção. Perdes este direito se matares alguém e se não respeitares tu próprio o que está escrito na Declaração.

Artigo 15º

Tens o direito de pertencer a uma nação e ninguém te pede impedir de mudar de nacionalidade se quiseres.

Artigo 16º

Tens o direito de te casar e de constituir família, desde que a lei o permita. A cor da pele, o país de origem e a religião não podem ser obstáculos. Os homens e as mulheres têm os mesmos direitos quando estão casados e quando se separam. Não se pode obrigar ninguém a casar. O governo do teu país deve proteger a tua família e os seus membros.

Artigo 17º

Tens o direito de possuir coisas e ninguém tem o direito de te as tirar sem uma razão.

Artigo 18º

Tens o direito de escolher livremente a tua religião, de mudar e de a praticar sozinho ou com outras pessoas.

Artigo 19º

Tens o direito de pensar e de dizer o que quiseres sem que ninguém te possa proibir. Deve poder trocar idéias livremente com os outros, incluindo os habitantes dos outros países.

Artigo 20º

Tens o direito de organizar reuniões pacíficas ou de participar em reuniões com fins pacíficos. Ninguém tem o direito de obrigar alguém se tornar membro de um grupo.

Artigo 21º

Tens o direito de participar nos assuntos políticos do teu país, quer fazendo parte do governo quer escolhendo os políticos que tenham as mesmas idéias que tu. Os governos devem ser eleitos e o voto deve ser secreto. Deves poder votar e todos os votos têm o mesmo valor. Deve poder ter acesso á função pública como qualquer cidadão.

Artigo 22º

A sociedade em que vives deve ajudar-te a beneficiar de todas as vantagens (cultura, trabalho, proteção social), que te são oferecidas assim como a todos os homens e mulheres do teu país.

Artigo 23º

Tem o direito de trabalhar, de escolher livremente o teu trabalho, de ter um salário suficiente para viver e sustentar a tua família. Se um homem e uma mulher fazem o mesmo trabalho, devem ter o mesmo salário. Todos os que trabalham têm o direito de se agrupar para defender os seus interesses.

Artigo 24º

A duração do trabalho diário não deve ser demasiado longa, porque cada um tem direito ao descanso e deve poder gozar regularmente férias pagas.

Artigo 25º

Tu e tua família tendes direito a terem meios que lhes permitam comer, vestir, ter uma casa e o que seja preciso, assim como têm o direito de receber auxílio em caso de doença, de velhice, desemprego, de morte da mulher ou do marido ou de qualquer outro motivo que te impeça de ganhar a vida.

A mãe e o bebê recém-nascido devem beneficiar duma proteção especial. Todas as crianças têm os mesmos direitos, quer os pais sejam casados ou não.

Artigo 26º

Tens o direito de ir á escola. O ensino obrigatório deve ser gratuito. Deve poder aprender uma profissão ou estudar o que quiseres. Na escola deves poder desenvolver todos os teus talentos e devem aí te ensinar a viver com os outros, qualquer que seja a raça, a religião ou o país de onde vêm. Os teus pais têm direito de escolher a escola para onde vais e o tipo de ensino que vais receber.

Artigo 27º

Deve poder beneficiar das artes e das ciências do teu país. Se fores artista, escritor ou cientista, os teus trabalhos devem ser protegidos e deves poder lucrar com eles.

Artigo 28º

Para que teus direitos sejam respeitados é preciso que exista uma ordem que possa protegê-los. A “ordem” deve reinar dentro ou fora dele.

Artigo 29º

Também tens deveres para com os outros. São eles que te permitem o desenvolvimento pleno da tua responsabilidade. A lei deve garantir os direitos do homem. Deve permitir a cada um o respeito dos outros e o ser respeitado.

Artigo 30º

Nenhuma sociedade, nenhum ser humano, em nenhuma parte do mundo, pó do mundo, pode permitir-se destruir os direitos descritos.

In “O Ensino dos Direitos Humanos: Atividade Práticas para o Ensino Básico e Secundário” Comissão para a Promoção dos Direitos Humanos e Igualdade na Educação, 1991.

Convenção Internacional dos Direitos da Criança (Simplificada)²⁸

Artigo 1º

Os direitos desta convenção aplicam-se a toda gente que tiver menos de 18 anos.

Artigo 2º

Os direitos são teus, sejas tu quem fores, sejam os teus pais quem forem, seja qual for a cor da tua pele, o teu sexo ou religião, fales que línguas falares, seja rico ou sejas pobre, tenhas que capacidades tiveres.

Artigo 3º

Tudo aquilo que um adulto fizer em relação a ti, deverá fazê-lo do modo que for melhor para ti.

Artigo 4º

A vida é um direito natural e todos devem ajudar apara que te desenvolvias o melhor possível.

Artigo 5º

Tens direito a uma identidade e a um nome, os teus pais, e a data do nascimento deve ser registrada ao nasceres.

Artigo 8º

Tens o direito a uma nacionalidade, a viver com os teus pais e a ser educado por eles.

Artigo 9º

Não podes ser separado dos teus pais a não ser para o teu bem (se, por acaso, eles não tomarem bem conta de ti). E, no caso de decidirem viver separados, tens o direito de ver qualquer deles sempre que queiras.

28 versão de Leonor Baeta Neves, in “Noesis”, Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, Out. – Dez. de 1998.

Artigo 10º

Se teus pais viverem cada um em um país, tens o direito de viver naquele onde te sentires melhor e visitares o outro quando quiseres.

Artigo 12º

Os adultos devem escutar-se como deve ser, sobretudo quando tenham de tomar uma decisão ao teu respeito.

Artigo 13º

Tens o direito de dizer tudo o que pensas: a falar, a escrever, ou desenhar, ou por qualquer forma de expressão (exceto se, com isto, ofenderes os direitos dos outros).

Artigo 14º

És livre de pensares como quiseres e de escolher a religião que desejares. Os teus pais devem ajudar-te a ver melhor o que está certo e o que está errado.

Artigo 15º

Tens o direito de reunir, fazer amigos e fazer parte de grupos, a não ser que, com isso, prejudiques os direitos dos outros.

Artigo 16º

Tens o direito a ter uma vida privada (por exemplo, ninguém pode ler as tuas cartas, ouvir os teus telefonemas, ou ler o teu Diário, se tu não quiseres).

Artigo 17º

Tens direito a receber todas as informações que te interessarem, pela rádio, jornais, televisão, etc., de todo o mundo e a receber notícias de um modo que tu entendas.

Artigo 18º

Os teus pais são responsáveis pelo teu desenvolvimento, e devem fazer, sempre, o que seja melhor para ti.

Artigo 19º

Ninguém poderá maltratar-te e deves ser protegido de abusos, violência e abandono, mesmo da parte dos teus pais.

Artigo 20º

Se já não tens pais, ou se não é seguro para ti viver com eles, tens o direito a um proteção especial.

Artigo 21º

Se fores adotado, os adultos devem ter certeza de que é para teu bem.

Artigo 22º

Se forem refugiados (quer dizer, se deixares a tua terra por não ser seguro viver lá) deves ter o direito a uma ajuda especial.

Artigo 23º

Se por qualquer razão não conseguires ver, ouvir, falar, raciocinar ou mover-te como os outros habitualmente conseguem, tens o direito a cuidados de educação especiais para te ajudarem a crescer da mesma maneira que as outras crianças.

Artigo 24º

Tens direitos a bons cuidados de saúde. Quer dizer que se estiveres doentes deves ser tratado por um especialista. Os adultos devem fazer todo o possível para que não adoças e ensinar-te a ter, tu mesmo, cuidado contigo.

Artigo 27º

Tens o direito a uma boa “qualidade de vida”. Quer dizer que os teus pais têm a responsabilidade de te dar uma responsabilidade de te dar uma boa comida, roupa e um lugar para viver. Se teu pai não puder, o governo deverá ajudar.

Artigo 28º

Tens direito a educação. O ensino básico deve ser gratuito e os teus pais têm de mandar-te á escola. Também tens o direito de poder continuar os teus estudos.

Artigo 29º

A educação serve para ajudar a desenvolver a tua personalidade, talentos e capacidades. A educação também te deve preparar para viveres com responsabilidades e em paz, numa sociedade livre, para compreenderes os direitos dos outros e para respeitares o ambiente.

Artigo 30º

Tens o direito de falar a tua língua, praticar a tua religião e os teus costumes, mesmo se a tua família tiver costumes diferentes das outras famílias do país onde vives.

Artigo 31º

Tens o direito de brincar, descansar e ter tempos livres.

Artigo 32º

Se já tiveres idade para trabalhar, tens o direito a ser protegido de trabalhar em lugares e condições perigosos para a tua saúde ou que prejudiquem a tua educação. Se alguém tiver lucro com o teu trabalho deves ser pago com justiça.

Artigo 33º

Tens o direito a ser protegido do uso da droga.

Artigo 34º

Tens o direito a ser protegido de abusos sexuais. Quer dizer que ninguém pode fazer nada com o teu corpo, nem te mexer, nem te fotografar, nem fazer filmes, desde que tu não queiras.

Artigo 35º

Nunca ninguém te poderá raptar ou vender.

Artigo 37º

Mesmo no caso de teres feito alguma coisa muito grave, ninguém te pode castigar de um modo humilhante, ou magoar-te muito. Não deves ser preso a não ser como último recurso e, se tiveres de ir para a prisão, deves ter visitas regulares da tua família e muita atenção dos adultos.

Artigo 38º

Tens direito a ser protegido sem tempo de guerra e, se aí tiveres sido ferido ou maltratado de qualquer maneira, tens direito a tratamento e cuidados especiais.

Artigo 40º

Tens o direito a defender-te se fores acusado de cometer um crime. A polícia, advogados e juízes devem respeitar a tua dignidade e tens o direito a compreender com clareza tudo aquilo que está a passar.

Artigo 42º

Todos os adultos e todas as crianças devem conhecer esta Convenção. Deves aprender tudo sobre os teus Direitos e ficar certo de que os adultos também os conhecem bem.

Convenção Europeia dos Direitos do Homem²⁹

(versão simplificada de certos artigos da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e dos seus Protocolos)

I – Convenção

Artigo 1º - Obrigação de respeitar os direitos do homem

Os Estados devem reconhecer a todas as pessoas os direitos contidos na Convenção.

Artigo 2º - Direito á vida

O direito de todas as pessoas á vida é protegido por lei.

Artigo 3º - Proibição da tortura

Ninguém pode infringir a outrem maus tratos ou torturas. Mesmo sem situação de detenção, a dignidade humana deve ser respeitada.

Artigo 4º - Proibição da escravatura e do trabalho forçado

Ninguém pode ser tratado como escravo ou ser obrigado a realizar trabalhos forçados.

Artigo 5º - Direito á liberdade e Segurança

Qualquer pessoa tem direito á liberdade. Qualquer pessoa presa tem o direito a saber porquê. Deve ser julgada rapidamente ou ser libertada aguardando o desenrolar do processo.

Artigo 6º - Direito a um processo justo

Qualquer pessoa tem o direito a ser julgada eqüitativamente por um juiz independente e imparcial. Se sois acusados duma infração, sois presumidos inocente até vossa culpabilidade estar estabelecida. Tendes o direito a ser defendido por um advogado, pago pelo Estado se não tiverdes meios de o remunerar.

Artigo 7º - não há sanção sem lei (principio da legalidade)

Não podemos ser julgados culpados se a ação, pela qual somos incriminados, não constituía uma infração, á época em que foi cometida.

29 Traduzida do texto francês La Convention Européenne des Droits de l'homme (CEDH), Conseil de l'Europe, por Maria Rosa Afonso.

Protocolos

Artigo 1º - do Protocolo 1 – Proteção de bens

Qualquer pessoa tem o direito de possuir bens e de gozar e sua posse.

Artigo 2º - do Protocolo 1 – o direito á instrução

Qualquer pessoa tem o direito a ir á escola.

Artigo 3º - do protocolo 1 – direito a eleições livres

Qualquer pessoa tem direito a participar em eleições do governo do seu país, em escrutínio livre e voto secreto.

Artigo 2º - do protocolo 4 – liberdade de circulação

Qualquer pessoa que resida legalmente num país tem o direito de circular e de estabelecer onde quiser dentro desse país.

Artigo 1º - do protocolo 6 – Abolição da pena de morte

Ninguém pode ser condenado á morte ou executando pelo Estado.

Artigo 2º - do protocolo 7 – direito a um duplo grau de jurisdição em matéria penal.

Uma pessoa condenada por uma infração penal deve poder apelar junto duma jurisdição superior.

Artigo 3º - do protocolo 12 – proibição geral da discriminação

Ninguém pode ser objeto de discriminação por parte das autoridades públicas por motivo ligado á cor da pele, ao sexo, língua, convicções políticas ou religiosas ou ás suas origens.

Ação afirmativa

Ação levada a cabo por um governo ou instituição privada para compensar discriminações do passado, na educação, no trabalho ou em promoções baseadas no sexo, na raça, origem étnica, religião ou incapacidade.

Assembleia Geral das Nações Unidas

Um dos principais órgãos das Nações Unidas, em que estão representados todos os estados-membros. A Assembleia-geral emite DECLARAÇÕES e adapta CONVENÇÕES de direitos humanos, debate questões relevantes e censura os Estados que violam os direitos humanos. As ações da Assembleia Geral são regidas pela CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS.

Assinar

Nos direitos humanos é primeiro passo na ratificação de um tratado, assinar uma DECLARAÇÃO, uma CONVENÇÃO ou um dos PACTOS constituir uma promessa de aderir aos princípios do documento e honrar o seu espírito.

Autodeterminação

O povo de um território determina o seu próprio futuro de político, sem correção de poderes exteriores á região.

Carta das Nações Unidas

Documento inicial das Nações Unidas que estabeleceu os seus objetivos, funções e responsabilidades, adotada em São Francisco, em 1945.

Carta Internacional de Direitos Humanos

O conjunto da DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH), do PACTO INTERNACIONAL DE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (PIDCP) e seu Protocolo opcional e do PACTO INTERNACIONAL DE DIREITOS ECONOMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS (PIDESC).

Codificação, codificar.

O processo de transpor a lei de consuetudinária internacional para a forma escrita.

Comissão de Direitos humanos

Órgão formado pelo CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL (ECOSOC) das Nações Unidas, para lidar com os direitos humanos; um dos primeiros e mais importante órgãos internacionais de direitos humanos.

Comunidade de Direitos Humanos

Uma comunidade baseada nos direitos humanos, onde o respeito pela dignidade fundamental de cada indivíduo é reconhecido como essencial para o funcionamento e progresso da comunidade. Uma comunidade que trabalha para respeitar cada artigo da DUDH.

Conselho Econômico e Social (ECOSOC)

Um Conselho das nações unidas, composto por 54 membros, especialmente preocupada com a população, o desenvolvimento econômico, os direitos humanos e a justiça penal. Este órgão, altamente importante, recebe e emite relatórios de direitos humanos em várias circunstâncias.

Convenção

Acordo vinculativo entre estados; usados como sinônimo de TRATADO ou PACTO. As convenções têm mais poder que as DECLARAÇÕES porque estão legalmente vinculadas pelos governos que as assinaram. Quando a ASSEMBLEIA – GERAL das NAÇÕES UNIDAS adota uma Convenção, cria normas e padrões internacionais. Assim que Convenção é adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, os estados-membros podem depois ratificar a Convenção, comprometendo-se a respeitá-la. Os governos que violarem os padrões estabelecidos numa Convenção podem depois ser censurado pelas Nações Unidas.

Convenção sobre a eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres

(Convenção das mulheres, adotada em 1979, entrou em vigor em 1981): o primeiro documento internacional legalmente vinculativo, que proíbe a discriminação contra as mulheres e obriga os governos a tomarem medidas para caminharem no sentido da igualdade entre os sexos.

Convenção sobre os direitos da criança

(Convenção das Crianças, adotada em 1989, entrou em vigor em 1990): estabelece um vasto leque de direitos civis, econômicos, sociais e políticos para as crianças.

Declaração

Documento que estabelece um conjunto de normas acordadas, mas que não é legalmente vinculativo. As conferências das Nações Unidas, como a Conferência sobre Direitos humanos das Nações Unidas, em Viena, em 1993, e a Conferência Mundial para as mulheres, em Pequim, em 1995, por norma, produzem dois grupos de declarações: uma escrita pelos representantes governamentais e uma

pelas ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONG). A assembleia -geral das Nações Unidas aprova freqüentemente declarações influentes, mas legalmente NÃO VINCULATIVAS.

Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)

Adotada pela assembleia-geral em 10 de Dezembro de 1948. Principal documento das Nações Unidas estabelece os padrões e normas dos direitos humanos. Todos os estados membros concordaram em respeitar a DUDH. Embora a Declaração tivesse a intenção de ser NÃO VINCULATIVA, ao longo dos tempos, as suas várias disposições tornaram-se tão respeitadas pelos ESTADOS que atualmente se pode considerar LEI CONSUETUDINÁRIA INTERNACIONAL.

Direitos Ambientais, Culturais e de Desenvolvimento.

Por vezes referidos como direitos de terceira geração, estes direitos reconhecem que as pessoas têm o direito de viver num ambiente seguro e saudável e que os grupos de pessoas têm o direito ao desenvolvimento cultural, político e económico.

Direitos civis e Políticos

Os direitos dos cidadãos á liberdade e igualdade, por vezes referidos como os direitos da primeira geração. Os direitos civis incluem liberdade de culto, de pensamento e expressão, de voto, de participação na vida política e de acesso á informação.

Direitos coletivos

Os direitos dos grupos para protegerem os seus interesses e identidades.

Direitos económicos, sociais e Culturais

Direitos relativos á produção, desenvolvimento e administração de recursos necessários a vida. O direito de se preservar e desenvolver a identidade cultural de cada um. Direitos que dão a segurança social e económica ás pessoas, por vezes referidos como orientados para a segurança ou direitos da segunda geração. Exemplos são o direito á alimentação, á habitação e á assistência médica.

Direitos Humanos

Direitos que têm simplesmente por seres humanos, independente da sua cidadania, nacionalidade, raça, etnia, língua, sexo, orientação sexual ou capacidades; os direitos humanos tornam-se exequíveis quando são CODIFICADOS como CONVENÇÕES, PACTOS, ou TRATADOS ou quando são reconhecidos como LEI CONSUETUDINÁRIA INTERNACIONAL.

Direitos Legais

Direitos estabelecidos pela lei e que podem ser apresentados e defendidos perante os tribunais.

Direitos morais

Direitos baseados em princípios gerais de equidade e justiça; são freqüentemente, mas nem sempre, baseados em crenças religiosas. Por vezes, as pessoas sentem ter um direito moral, mesmo não tendo um direito legal. Por exemplo, durante movimento pelos direitos civis nos EUA, os que protestavam manifestavam-se contra as leis que proibiam os negros e os brancos de freqüentar as mesmas escolas, dizendo que estas leis violaram os seus direitos morais.

Direitos Naturais

Direitos que pertencem às pessoas simplesmente por serem seres humanos.

Direitos políticos

O direito dos cidadãos participarem na vida política das suas comunidades e sociedade. Por exemplo, o direito de voto de concorrer nas eleições. Ver direitos Civis e Políticos.

Estado

Freqüentemente sinônimo de “país”, um grupo de pessoas, que ocupa permanentemente um território fixo, tem leis e governo comuns e é capaz de conduzir questões internacionais.

Estados – membros

Países membros das Nações Unidas

Estado(s) parte(s)

Os países que RATIFICARAM um PACTO ou uma CONVENÇÃO e conseqüentemente estão vinculadas a agir de acordo com as suas disposições.

Genocídio

Morte sistemática de pessoas, devido á sua raça ou etnia.

Inalienável

Refere-se aos direitos que pertencem a cada pessoa e não podem ser-lhe retirados.

Indivisível

Refere-se á igual importância de cada uma das categorias dos direitos humanos. Não pode negar um direito a uma pessoa, por alguém considerar que é menos importante ou dispensável.

Interdependente

Refere-se á estrutura complementar das várias categorias dos direitos humanos. Por exemplo, o direito de um cidadão participar na vida política é diretamente

influenciado pelo direito de se expressar livremente, ter acesso á educação e até mesmo de obter o necessário a uma vida digna.

Lei consuetudinária internacional

Lei que se torna vinculativa nos Estados e que, embora não esteja escrita, se torna parte dos costumes. Quando um número suficiente de países começa a proceder como se fosse lei "por uso"; está é uma das principais fontes da lei internacional.

Não vinculativo

É um documento como uma declaração, que não acarreta obrigações legais formais. Pode, no entanto, acarretar obrigações morais ou alcançar a força da lei consuetudinária internacional.

Organizações Intergovernamentais (OIG)

Organizações patrocinadas por vários governos, que pretendem coordenar os seus esforços Algumas são regionais (por exemplo: o Conselho da Europa, a Organização da Unidade Africana), outras são alianças (por exemplo, Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN ou Nato). Outras dedicam-se a um objetivo específico (por exemplo, o Centro das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, UNESCO)).

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Fundada em 1919, como parte do Tratado de Paz de Versalhes, para melhorar as condições de trabalho e promover a justiça social. A OIT tornou-se uma agencia Especializada das Nações Unidas, em 1946.

Organizações Não Governamentais (ONG)

Organizações formadas por pessoas exteriores aos governos. As ONG supervisionam os procedimentos dos órgãos dos direitos humanos, como a Comissão de Direitos Humanos. algumas são grandes e internacionais (por exemplo, a Cruz Vermelha e a Amnistia Internacional); outras podem ser pequenas e locais (por exemplo, uma organização para defender as pessoas com deficiência numa determinada cidade; uma liga para promover os direitos das mulheres num campo de refugiados). As ONG desempenham um papel importante ao influenciar a política das Nações Unidas e muitas delas têm estatuto de consultores oficiais nesta organização.

Pacto

Acordo vinculativo entre estados, usado como sinônimo de Convenção e Tratado. Os mais importantes Pactos Internacionais de direitos humanos, ambos aprovados em 1966, são o PACTO INTERNACIONAL DE DIREITOS ECONÓMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS.

Pacto Internacional dos direitos civis e políticos

Adotado em 1966, entrou em vigor em 1976. este pacto declara que todas as pessoas têm um amplo leque de direitos civis e políticos. É um dos componentes da CARTA INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS.

Povos Indígenas

Povos originais ou naturais de um país. Os Americanos Nativos, por exemplo, são os povos indígenas dos Estados Unidos.

Protocolo

Um tratado que modifica outro tratado (por exemplo, para incluir normas adicionais ou disposições significativas).

Ratificação, Ratificar.

Processo pelo qual o órgão legislativo de um Estado confirma uma ação governamental, assinando um tratado. Procedimento formal pelo qual um Estado fica vinculado a um tratado, depois da aceitação.

Reservas

As exceções que os ESTADOS PARTES fazem a um tratado (por exemplo, disposições que não aceitam seguir). As reservas, no entanto, não podem alterar o sentido fundamental do tratado.

Tratado

Acordo formal entre Estados, que define e estabelece os seus deveres e obrigações mútuas, usado como sinônimo de CONVENÇÃO e PACTO. Quando as CONVENÇÕES são adotadas pela ASSEMBLÉIA-GERAL das NAÇÕES UNIDAS, criam obrigações internacionais legalmente vinculadas para os ESTADOS MEMBROS que assinaram o tratado. Quando um governo nacional RATIFICA um tratado, os artigos desse tratado tomam-se parte das suas obrigações legais nacionais.

Materiais

Neste capítulo apresentaremos livros para trabalhar os direitos humanos com alunos de ensino básico e contatos de organismos que desempenham um papel importante nesta área.

5.1 – Livros para trabalhar os Direitos Humanos

os livros aqui referidos pretendem divulgar autores e obras ao mesmo tempo em que vão permitir trabalhar temas e questões de direitos humanos. Apresentamos uma síntese do conteúdo, uma vez que isso é indicativo para os professores, ajudando-os na escolha.

Amizade Explicada às Crianças, Jean-Louis Ducamp, Terramar, 1998

Livro sobre a amizade e a importância dos gestos. Gestos simples, como estender a mão, criam laços e sentimentos de confiança, apoio e interajuda.

Auschwitz explicado á minha Filha, Annette Wieviorka, Celta Editores, 1999
Relato impressionante, para que se conheça o que foi e extermínio de 10 milhões de judeus. Coloca interrogações: o que provocou tanto ódio? Porque é que isso aconteceu? O que ia na mente dos assassinos?

Os direitos do Homem Contado ás Crianças, Jean-Louis Ducamp, Terramar, 1997
Através de histórias e relatos, são abordados os princípios fundamentais dos direitos humanos – liberdade, fraternidade, dignidade, igualdade. Contém a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, a Declaração Universal dos Direitos do Homem e excertos da Convenção Interamericana dos Direitos do Homem.

A fome no Mundo explicada ao meu Filho, Jean Ziegler, Terramar, 1999
Em dialogo com o filho, o autor denuncia, analisa e discute as causas e as conseqüências da fome no mundo. Fala da hipocrisia do mundo rico, da má distribuição da riqueza, das leis do mercado e das conseqüências políticas, referindo nomes e organismos. É um texto informativo, mas ao mesmo tempo bastante reflexivo.

A injustiça contada as crianças, Denis Langlois, Terramar, 1998
O livro apresenta e analisa as diferentes formas de injustiça econômica e social. Fala da exclusão social, da situação dos idosos e dos deficientes. Refere-se ainda aos abusos das forças da ordem.

A liberdade explicada ás crianças, Jean-Luc Moreau, Terramar, 1998
O livro aborda o que é e o que significa a liberdade e como se pode e deve exercer, a partir de situações e relatos quotidianos.

Os nossos Direitos Humanos, Vários, centro de informação das nações unidas em Portugal e IIE, 1998
Uma banda desenhada que apresenta em legenda cada um dos artigos da DUDH, que vão sendo sucessivamente discutidos e comentados por meninos e outras pessoas. Inclui o preâmbulo da DUDH e também uma carta do Secretário-Geral da ONU Kofi Annan.

O racismo contado ás crianças, Georges Jean, Terramar, 1997
São apresentados temas como a xenofobia, o anti-semitismo e o apartheid, relacionados com a discriminação de certos grupos ou etnias em determinados momentos históricos. Aborda também a discriminação de grupos específicos, deficientes, idosos, jovens e mulheres.

Racismo explicado aos jovens, Tahar Bem Jelloun, Editorial Presença, 2002

Numa conversa com a sua filha, durante uma manifestação racista em França, o autor procura analisar o que estão por trás dos comportamentos racistas, quais as motivações, explicitando conceitos-chave, como discriminação, xenofobia, extermínio e genocídio.

Timor contado às crianças... e aos Outros, José Jorge Letria, Terramar, 1999
O livro é sobre a luta do povo timorense pela sua independência e afirmação. Bastante informativo, contém referências históricas, políticas, económicas e culturais. Procura despertar, junto dos jovens, o interesse e a solidariedade pela resistência deste povo.

O irmão da Joana, Maria Teresa Gonzalez, Difel, 2001
Os pais da Joana, brancos adotam um menino negro. Apesar do ambiente social em que se move, não deixa de sofrer atitudes de discriminação. A irmã Joana luta por ele, manifesta-se, pede explicações. Ele não. Continua a ser simplesmente o que é, bom aluno, amigo, disponível. No final é aceito por todos.

Uma questão de cor, Ana Saldanha, Caminho, 2002
Tema central é o racismo, a discriminação dum jovem negro que é obrigado a mudar de escola e ir para a casa dos tios, longe do seu ambiente familiar. Contudo, a nova realidade não deixa de ser, no início, fria e distante. A prima está muito mais interessada no computador que acabou de ganhar do que em conversar com ele e os com ele e os colegas olham-no com desconfiança. O conhecimento mútuo, a partilha de brincadeiras, etc., ultrapassam todas as barreiras, torna-se o melhor amigo precisamente daquele que mais intolerante se tinha mostrado.

Alex, o amigo francês, Carlos Correia, Editorial Caminho, 1989.
O livro fala das dificuldades dum jovem, nascido em França, filho de imigrantes portugueses. Aborda problemas de integração, tanto Portugal, onde se sente estranho e desacetado, quando aqui vem de férias, como em França onde não chega a sentir-se verdadeiramente integrado.

O mundo em que vivi, Ilse Losa, Edições Afrontamento, 1987
Um livro sobre a vida e os problemas dos judeus na Alemanha, antes da II Guerra Mundial. Contando na primeira pessoa, mostra um quotidiano de dificuldades, angustias e medos. As questões e da intolerância estão sempre presentes, como se adivinhasse a tragédia.

A cor que se tem, Maria Cândida Mendonça, Plátano, 1986
Um livro de poesias, em que se destaca o poema que dá o nome ao livro. Contra o racismo, a poesia propõe “um perfume de encantar” que daria a todos a cor que desejassem, salientando que “o valor de alguém” não está na cor que se tem.

A cabana do pai Tomás, Harriet Beecher Stowe, Editorial verbo 2002.
Um livro sobre a escravatura, as suas injustiças e dramáticas conseqüências. Há uma grande densidade de sentimentos, de desejos e de questões humanas.

Pássaro da alma, Michal Snunit, Veja, 2004

Um livro sobre “a alma” ou melhor, sobre as nossas capacidades essenciais: a importância de sermos autônomos, termos vontade, sermos responsáveis, fazermos as melhores escolhas, sermos capazes de tomar conta de nós.

Os ovos misteriosos, Luísa Ducla Soares e Manuela Bacelar, Edições Afrontamento, 2003.

Uma história infantil sobre o tema da discriminação.

O príncipezinho, Antoine de Saint Exupéry, Ed. Presença, 2001

Um livro sobre valores e questões fundamentais do viver humano. Na sua viagem pelos diferentes planetas, o príncipezinho interroga e interroga-se, mostrando-nos o que realmente é importante e nem sempre damos por isso.

O diário de Anne Frank, Livros do Brasil, 2003

Um relato impressionante feito por umas crianças judias, fugidas da Alemanha para a Holanda, onde sobrevive escondida, sempre com medo de ir parar a um campo de concentração nazi, o que acaba por acontecer.

Cantai aos vossos filhos: um livro sobre o holocausto na Europa, 1933-1945, Gótica, Lisboa, 2000.

Um texto sobre a II Guerra Mundial e as suas tragédias. Um importante relato histórico.

A cidadania explicada aos jovens... e aos outros, José Jorge Letria, Terramar, 2000

Um livro sobre a cidadania, abordada a partir de questões quotidianas. Salienta a importância da vivência cívica e da participação informada.

A cidadania de A a Z, A. M. Magalhães e I. Alçada, Editorial do Ministério da Educação, 2001.

É uma espécie de dicionário da cidadania, destinado aos mais jovens. Os temas são apresentadas por ordem alfabética e abordadas de forma simples e atraente, incluindo ilustrações e fichas de trabalho, de modo a proporcionar informações e pontos de partida para reflexão.

Aristides de Sousa Mendes: um herói português, A. Malta, J. Mascarenhas, N. Fialho, Asa Editores, 2000.

Fala do papel desempenhado por Aristides de Souza Mendes na defesa dos direitos dos refugiados na II Guerra Mundial. Inclui uma banda desenhada e sugestões de atividades.

Os direitos das mulheres, Victoria Parker, Gradiva, Publicações, Lda, Lisboa, 2000. Na primeira parte, é abordado o quotidiano dos jovens, de forma simples e bem humorada. Na segunda parte, é apresentado processo histórico de emancipação da mulher, as diferenças entre os sexos e a luta pelos direitos e igualdade de oportunidade das mulheres.

A constituição da república portuguesa trocada por (para) miúdos, Maria Emília Brederode Santos, [org.] et al. Lisboa, IIE / Ass. Rep., 2001
Edição adotada e ilustrada da constituição da República Portuguesa destinada aos mais jovens. Tem ilustrações bastante sugestivas.

5.2 – Organismos

Apresentamos os contatos considerados fundamentais na área dos direitos humanos, em Portugal, na Europa e no mundo.

Alto Comissariado para a Imigração e minorias étnicas
Praça dos restauradores, Palácio Foz, 1250 Lisboa
Tel: 213219500; site: <http://www.acime.gov.pt>

Amnistia Internacional – Secção Portuguesa
Rua Fialho Almeida, 13 – 1º D – 1070-128 Lisboa
Tel: 213861652

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
Rua do Comércio, 56 – 1100-150 Lisboa
Tel: 218884732; site: <http://www.apav.pt>

Centro de informação das nações unidas
Rua latino coelho, bloco A – 1, 10º - 1050-132 Lisboa
Tel: 213190790; site: <http://www.onuportugal.pt/>

Centro norte sul / conselho da Europa
Avenida da liberdade, 229 – 4º - 1250 – 142 Lisboa
Tel: 213524954; site <http://www.nscentre.org>

CIVITAS – associação para a defesa e promoção dos direitos do cidadão
Largo de são Marçal, 77/9 – 1200-419 Lisboa
Tel: 213424528; site: <http://www.civitasnacional.pt>

Comissão dos direitos humanos da ordem dos advogados
Largo de são domingos, 14, 1º - 1669060 Lisboa
Tel: 218823550

Comissão nacional da UNESCO
Avenida infante santo, 42 – 5º 1350 – Lisboa
Tel: 213969062; site: <http://www.ancime.gov.pt>

Comissão para igualdade e contra discriminação racial
Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 86, 8º - 1070-065 Lisboa
Tel: 217210210; site: <http://www.ancime.gov.pt>

Comissão para a igualdade e para os direitos das mulheres
Avenida da républica, 32 – 1º - 1050 Lisboa
Tel: 217983000; site: <http://www.cidm.pt>

Comitê português para a UNICEF
Avenida António Augusto de Aguiar, 56 – 3º Esq – 1050-017 Lisboa
Tel: 213177500; site: <http://www.unicef.org>

Conselho português para os refugiados
Bairro do Armador – Zona M de Chelas, lote 764 – 1900-846 Lisboa
Tel: 218314372; site: <http://www.cidadevirtual.pt/cpr/>

Fórum justiça e liberdade
Rua fialho Almeida nº 13, 1º - 1000 Lisboa
Tel: 213882700; e-mail: japr@pr-lawfirm.com

Gabinete de Documentação e direito comparado
Rua vale do pereiro, nº 2 – 1369 – 113 Lisboa
Tel: 213820335; site: <http://www.gddc.pt>

Instituto de apoio á criança
Largo da memória, nº 14 – 1349-0450 Lisboa
Tel: 213617880; site: <http://www.oikos.pt>

Parlamento Português – assembléia da república
Rua de São Bento – 1269-068 Lisboa
Tel: 213919000; site: <http://www.parlamento.pt>

Provedoria de justiça
Rua do pau de bandeira, nº 79 – 1249 - 088 Lisboa
Tel: 213926600; site: http://www.provedor_jus.pt

Pro Dignitate – Fundação de Direitos Humanos
Rua augusto rosa, 66 – 2º Dto. – 1100 Lisboa
Tel: 213929310; site: <http://www.prodignitate.pt>

S.O.S RACISMO
Av. Guerra Junqueira, 19 – 5º Esq. – 1000 -166 Lisboa
Tel: 218464055; site: <http://www.sosracismo.pt>

Conselho da Europa
F – 67075 Estrasburgo Cedex
Tel: 33 (0) 3 88412033; <http://www.coe.int>; www.droitsdelhomme.coe.int; e-mail: humanrights.info@coe.int

Nações Unidas
www.un.org/rights;

www.unicef.org;
www.unhchr.ch; www.unglobalcompact.org.un.org.

Associação Mundial de Escola Instrumento de Paz
<http://www.eip-cifedhop.org>

Instituto Interamericano dos Direitos do Homem
<http://www.iidh.ed.cr/>

Human Rights Watch (Página em Espanhol)
<http://www.hrw.org>

Conclusão

Pensamos ter construído uma brochura com um percurso interno coerente, capaz de tornar possível uma prática de educação para os direitos humanos significativa, colocando a tônica nas competências e atitudes. Sabemos que há

dificuldades, importa por isso partir do conhecimento da realidade, da definição de objetivos concretizáveis, sensibilizando e criando expectativas favoráveis.

O primeiro passo é sensibilizar e implicar as escolas, os conselhos executivos e pedagógicos, os professores, os alunos e aos pais, a fim de conseguir uma prática participada nos problemas quotidianos da vida escolar e social, de modo a criar compromissos, consensos e concertação de esforços, tanto no desenvolvimento de atividades como na produção de materiais.

Um trabalho integrado e interdisciplinar, com envolvimento da comunidade local, de modo a tornar os direitos humanos uma prática educativa consistente e continuada, capaz de ganhar raízes e de se tornar uma referência, deixando de ser uma coisa pontual, a comemoração de uma efemeridade, por exemplo, para passar a ser algo presente e subjacente a toda a ação educativa.

Esse é o nosso objetivo, esse tem de ser o desafio da escola.

Referencias Bibliográfica

Andrade, J.C.V. (1987, Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa, Coimbra, Ed. Almedina).

Audigier, F. (2000). Concepts de base et compétences-clés pour l'éducation à la citoyenneté démocratique. Genève. Conseil de L'Europe.

Best, F. (2000). "Educação para os Direitos do Homem", sobre o direito à Educação, Lisboa, centro de Investigação em Educação, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Conselho da Europa, Cahiers Pédagogiques (2001).

Conselho da Europa, Une Europe à découvrir (2001)

DEB (2001). Educação Integração Cidadania, Lisboa. Departamento da Educação Básica/ Ministério da Educação.

DEB (2001). Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências essenciais. Lisboa. Departamento da Educação Básica/ Ministério da Educação.

DEB (2001) Novas Áreas Curriculares. Lisboa. Departamento da Educação Básica / Ministério da Educação.

DEB (2000). Educação Intercultural – potenciar a diversidade entre culturas. Lisboa, Departamento da Educação Básica – Ministério da Educação.

Educar para os Valores (1999). Lisboa, Departamento do Ensino Secundário.

El Derecho de Ser Hombre (1984). Madrid, TECNOS/UNESCO.

Educação para os Direitos Humanos: Actas do Congresso, Lisboa, Amnistia Internacional (Secção portuguesa) / Comissão Nacional para as Comemorações do 50º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Década das Nações Unidas para a Educação dos Direitos Humanos.

Finkelkrant, A. (1997). A humanidade perdida. Ed. Asa, Lisboa.

Galtung, J. (1998). Direitos Humanos: Uma Nova Perspectiva, Lisboa, Instituto Piaget.

Gonçalves, S. (2000). "Direitos Humanos e Formação de Professores: Algumas Propostas metodológicas", Educação para os Direitos Humanos: Actas do Congresso, Lisboa, Amnistia Internacional (Secção Portuguesa)/Comissão Nacional para as comemorações do 50º Aniversário da Declaração Universal dos direitos do homem e da década das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Henriques, M. et al. Educação para a cidadania (2000). Lisboa, Plátano Editora.

IED (1983). Valores e Atitudes dos Jovens. Lisboa, Instituto de Estudos e Desenvolvimento.

Mounier, Emmanuel (1960). O Personalismo. Lisboa, Moraes Editores.

Nogueira, C. (2001). Cidadania: Construção de Novas Práticas. Lisboa, Ed. Asa.

Pais, J.Machado (Coord.) (1998). Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais.

Pinto, Conceição (1986). A Escola: valores e aspirações dos jovens. Lisboa. Instituto de Estudos e Desenvolvimento.

PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano (2000). Trinova Editora, Lisboa.

Ricoeur, P.(1991). Soi-même comme un autre, Ed. Seuil, Paris.

Ricoeur, P. "Avant la loi l'éthique", in Encyclopaedia Universalis, Symposium.

Savater, F. (1993). Ética para um Jovem. Lisboa, Ed. Presença.

Tolerância: no limiar da Paz, (1995). Lisboa, UNESCO.
Tschoumy, Jacques (1989). Os Direitos do Homem uma Educação Cívica e Moral para o nosso tempo. Lisboa, Editorial do Ministério da Educação.
Verdaguer, Salvador (1984). Curso de Derechos Humanos. Barcelona, Bosh, Casa Editorial S. A.

Manuais de Direitos Humanos Consultados

Os Nossos Direitos Humanos (1998). Lisboa, Centro de Informação das Nações Unidas, Lisboa.

Primeiros Passos: um manual de iniciação à educação para os direitos humanos (2000). Lisboa, Secção Portuguesa da Amnistia internacional Nacional para as Comemorações da Década das Nações Unidas para a Educação dos direitos Humanos.

Direitos Humanos Aqui e Agora (2002). Secção Portuguesa da Amnistia Internacional, Lisboa.

O nosso mundo, os nossos direitos – ensino dos direitos e responsabilidades no ensino básico (2001). Secção Portuguesa da Amnistia Internacional, Lisboa.

Material Educativo sobre as Nações Unidas Nível Primário (1995). NA-Uk.

Material Educativo sobre as Nações Unidas Nível intermédio (1995). Na-UK

Todos os seres Humanos...Manual de educação para os direitos humanos (1997). Lisboa, Secção Portuguesa da Amnistia Internacional.

ABC: Teaching Human Rights – Practical activities for primary and secondary schools (2003). UN- New York and Geneva.

Anexos

Textos de apoio às atividades apresentadas no capítulo 4

Ficha 1

O Menino Selvagem

Já ouviste falar dos meninos selvagens? No século passado³⁰, França, uns camponeses encontraram no Maciço Central um menino muito pequeno que uivava como um lobo. Abandonado pelos pais, diz-se que fora criado por uma loba. O seu comportamento não era o de um ser humano: devorava carne crua, gritava e recusava qualquer tipo de contato. Também não era o comportamento de um animal, visto que ele ignorava as regras que permitem aos jovens lobos viver em alcatéia. Até os animais que vivem em grupo obedecem a regras.

Nem homem, nem animal, estavam condenados à morte. Não é possível viver sem leis. O doutor Letard recolheu a criança e tentou educá-la. Mas o Victor – foi o nome que lhe deram – não sobreviveu. Faltou-lhe aquilo que por vezes tens tanta dificuldade em suportar: a educação, os conselhos de um adulto, a sociedade e as suas obrigações.

Fichas 2 3 4 9

DDUH; Convenção dos Direitos da Criança; Glossário.

Preâmbulo da DUDH

“A Assembléia-geral das Nações Unidas reconhece que sendo a dignidade, a igualdade e a inalienabilidade dos direitos de todos os membros da família humana os fundamentos da liberdade, da justiça e da paz no mundo, os direitos humanos devem ser protegidos por lei e as relações de amizade entre os países devem ser incentivadas. Os povos das Nações Unidas reafirmam que acreditam nos direitos humanos, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres e estão determinados a favorecer o progresso social e instaurar melhores condições de vida numa sociedade mais ampla, prometendo promover os direitos humanos e o seu reconhecimento internacional”.

(In O nosso mundo, os nossos direitos, Amnistia Internacional p. 175)

³⁰ refere-se ao século dezanove.

Os direitos da criança
Poema de Matilde Rosa Araújo

1.
A criança
Toda a criança
Seja de que raça for
Seja negra, branca, vermelha ou amarela,
Seja rapariga ou rapaz.
Fale a língua que falar,
Acredite no que acreditar,
Pense o que pensar,
Tenha nascido seja onde for,
Ela tem direito...

2.
... A ser para o homem a
Razão primeira da sua luta.
O homem vai proteger a criança
Com leis, ternura, cuidados
Que tornem livre, feliz,
Pois só é livre, feliz
Quem pode deixar crescer
Um corpo são,
Quem pode deixar descobrir
Livramento
O coração
E o pensamento
Este nascer e crescer e viver assim
Chama-se dignidade.
E em dignidade vamos
Querer que a criança
Nasça
Cresça,
Viva...

3.
E a criança nasce
E deve ter um nome
Que seja o sinal dessa dignidade.

Ao sol chamamos Sol
E à vida chamamos Vida
Uma criança terá o seu nome também.
E ela nasce numa terra determinada
Que a deve proteger.
Chamemos-lhe Pátria a essa terra,
Mas chamemos-lhe antes mundo...

4.

... E nesse mundo ela vai crescer:
Já a sua mãe teve o direito
A toda a assistência que assegura um nascer perfeito.
E, depois, a criança nascida,
Depois da hora radial do parto,
A criança deverá receber
Amor,
Alimentação
Casa,
Cuidados médicos,
O amor sereno de mãe e pai.
Rir,
Brincar,
Crescer,
Aprender a ser feliz...

5.

... mas há crianças que nascem diferentes
e tudo devemos fazer para que isto não aconteça.
Vamos dar a essas crianças um maior ainda.

6.

E a criança nasceu
E a desabrochar como
Uma flor
Uma árvore,
Um pássaro,
E
Uma flor,
Uma árvore,
Um pássaro
Precisam de amor – a seiva da terra, a luz do sol.
De quanto amor uma criança precisará?
De quanta segurança?
Os pais e todo o mundo que rodeia a criança
Vão participar na aventura
De uma vida que nasceu.
Maravilhosa aventura!

Mas se a criança não têm família?
Ela tê-la-á sempre: numa sociedade justa
Todos serão a sua família.
Nunca mais haverá uma criança só
Infância nunca será solidão.

7.
E a criança vai aprender a crescer.
Todos temos de ajudar!
Todos!
Os pais, a escola, todos nós!
E vamos ajudá-la a descobrir-se a si própria
E aos outros.
Descobrir o seu mundo,
A sua força,
O seu amor,
Ela vai aprender a viver
Com ela própria
E com os outros:
Vai aprender a fraternidade
Isto se chama educar:
Saber isto é aprender a ensinar.

8.
Em situação de perigo
A criança, mais do que nunca,
Está sempre em primeiro lugar...
Será o sol que não se apaga
Com o nosso medo,
Com a nossa indiferença:
A criança apaga, por si só,
Medo e indiferença das nossas fronteiras...

9.
A criança é um mundo
Precioso
Raro
Que ninguém a roube,
A negocie,
A explore
Sob qualquer pretexto.
Que ninguém se aproveite
Do trabalho da criança
Para seu próprio proveito.
São livres e frágeis as suas mãos,
Hoje:
Se as não magoarmos

Elas poderão continuar
Livres
E ser à força do mundo
Mesmo que frágeis continuem...

10.
A criança deve ser respeitada
Em suma,
Na dignidade do seu nascer,
Do seu crescer,
Do seu viver.
Quem amar verdadeiramente a criança
Não poderá deixar de ser fraterno:
Uma criança não reconhece fronteiras,
Nem raças
Nem classes sociais:
Ela é o sinal mais vivo do amor,
Embora, por vezes, nos possa parecer cruel.
Frágil e forte, ao mesmo tempo,
Ela é sempre a mão da própria vida
Que se nos estende, nos segura.
E nos diz:
Sê digno de viver!
Olha em frente!

(<http://www.apena.rcts.pt/aproximar/jinfancia2/trabalhos/poema.htm>)

Ficha 6

Títulos hipotéticos de notícias:

“Casal e sete filhos vivem numa barraca em situação degradante”; “Deficiente motor impedido de sair à rua por falta de acesso para cadeira de rodas, no seu prédio”; “Imigrantes enganados por patrão sem escrúpulos”; “Idosa agredida e roubada”; “Crianças abandonadas sobrevivem pedindo esmola”; “O desemprego dos pais obriga adolescente a trabalhar para ajudar a família”; “Sem-abrigo morre por falta de tratamento médico”; “Igreja vandalizada”;...

Ficha 8

O menino negro não entrou na roda

O menino negro não entrou na roda
Das crianças brancas – as crianças brancas
Que brincavam todas numa roda viva
De canções festivas, gargalhadas francas...

O menino negro não entrou na roda.

E chegou o vento junto das crianças –
E bailou com elas e cantou com elas
As canções e as danças das suaves brisas,
As canções e as danças das brutais procelas.

O menino não entrou na roda.

Pássaro, em brando, voaram chileirando
Sobre as cabecinhas lindas dos meninos
E pousaram todos em redor. Por fim,
Bailaram seus vãos, cantando seus hinos...

O menino negro não entrou na roda.

“venha cá, pretinho, venha cá brincar”
- disse um dos meninos com seu ar feliz.
A mamã, zelosa, logo fez reparo;
O menino branco já não quis, não quis...

O menino negro não entrou na roda.

Das crianças brancas. Desolado, absorto,
Ficou só, parado com olhar cego,
Ficou só, calado com a voz de morto.

(Geraldo Bessa Victor, Obra Poética, in www.secrel.com.br/ipoesia/gb.html)

Eu, também.

Também eu canto a América
Sou eu o mais preto dos irmãos.
Manda-me comer na cozinha
Quando chegam as visitas,
Mas eu rio,
E como bem,
E forte vou crescendo.

Amanhã,
Estarei à mesa
Quando as visitas chegarem.
Ninguém ousará
Dizer-me
Come na cozinha,
Então.

Aliás,
Eles verão como sou belo
E envergonar-se-ão.
Também eu sou a América.

(saiu na revista pública de 14 de Outubro de 2001, Longston Hughes,
1925, Collected Poems)

A cor que se tem

Quando for crescida
Hei-de inventar
Um perfume de encantar.

Quem o cheirar há-de ficar
Com a cor da pele
Quem mais gostar.

Branco ou amarelo
Se preferir
Preto ou vermelho
É só decidir.

Para alegrar
Até vou pensar
Outras cores acrescentar.

Cor de rosa
Verde ou lilás
São cores bonitas
E tanto faz.

E assim,
Há -de chegar
O dia de acreditar
Que a o valor alguém
Não se pode avaliar
Pela cor que se tem

E então,
Tudo estará bem.

(Maria Cândida Mendonça, in A cor que se tem, Plátano
Editora, 1986)

Ficha 9

Somos cada vez menos ciganos

Toda a vida numa barraca a viver na miséria. Nunca nos puseram na escola. Não conheço uma única letra do meu nome. Casei com catorze anos. Encontramo-nos por acaso, gostamos um do outro e fizemos o casamento. Fiquei viúva e, por isso, vou vestir-me sempre da mesma maneira e nunca mais vou deixar crescer cabelo. Assim que começar a crescer grandes entre o tempo de antigamente e os tempos de agora. Acho que somos cada vez menos ciganos e nos deixamos de sê-lo. Já se veste de tudo, já se veste de tudo, já se faz de tudo. Por mim não me importo, não critico, desde que se sintam bem... Não gosto que se metam em problemas.

(Laura, 57 anos, Lisboa, in Eu, cigano sempre! Histórias de vida, p.85).

Poder ir à escola

Tenho 11 anos, gostava de andar na escola e saber ler para eu, quando fosse grande, pudesse tirar carta de condução, tirar um curso e poder trabalhar.

Vivo numa barraca. Acho que deviam pôr água e luz para nós podermos tomar banho, andarmos lavadinhos e vermos televisão. O carro do lixo passa aqui perto na estrada, acho que devia vir às barracas recolher lixo, porque estamos aqui há muitos anos.

Sempre vivi aqui. Vivo com os meus pais, avós, tios, primos e dez irmãos, seis moças e quatro rapazes. Passo os dias a brincar, a pular, a fazer sorridas. Também vou buscar água e valo a louça e a roupa.

Brinco com os ciganitos e com as “gaiatas” minha amigas. Gosto de brincar num palco, cantar cantigas à cigana, cantar, bailar e pular.

Fazemos as mesmas feiras todos os anos. Vendemos cavalos, quando temos. Trabalhamos na apanha da azeitona e na apanha do tomate também.

Sei contar os números: um, dois, três, quatro, cinco e seis. Mais nada.

Temos a barraca destelhada porque não temos telhas. Se começa a chover, não sei como vai ser! De manhã aqui é um caso sério, tudo com gelo...

Não sei Romanon. Ainda não aprendi.

Acho que a mulher é diferente do homem. A cada um pertence uma coisa. As mulheres lavam a louça e a roupa. Os homens guiam os carros.

Gosto usar mini-saias, mini-vestidos, calções e top's; não gosto de roupa cigana. As ciganas grandes vestem saias até os pés, porque não podem andar de saias curtas, até ciganas que não deixam as ciganitas pequenas andar de mini-saia, mas eu uso.

Ajudo meu pai no negócio. Monto os cavalos e corro, para os senhores verem que o cavalo é bom para montar e que corre muito.

Quando me dói a cabeça, os braços e as pernas, vou ao hospital e passam-me um receita. Se temos dinheiro, compramos o remédio se não temos, não compramos.

Somos diferentes das outras crianças porque eles têm uma casinha, nós temos uma barraca. Nós temos uma boneca, eles têm muitas. Também têm bicicletas melhores, têm televisão, têm tudo. Nós não. Mas tratam-nos bem. Se eu andasse na escola, gostava de estudar para doutora, para advogada, estava todos os dias

na sala de aula com os meus amigos. Gostava de não ser cigana para poder andar na escola.

(Maria, 11 anos, Évora, Eu, cigano sempre! Histórias de vida, pp. 43-44)

Ficha 10

Nelson Mandela é um dos heróis dos Direitos Humanos. Nasceu em 1918 na África do Sul, onde continua a lutar pelos direitos e pela dignidade de todos seres humanos.

“Estamos aqui em representação de milhões de pessoas do nosso povo, que ousaram levantar-se contra um sistema social injusto, cuja verdadeira essência é a guerra, violência, o racismo, repressão e o empobrecimento”.

Também, estamos aqui representando milhares de pessoas do movimento anti-apartheid, governos e organizações que, por todo mundo, se juntaram a nós, não para lutar contra a África do Sul como país ou contra algum dos seus povos, mas para se oporem a um sistema inumano e contribuírem para o rápido fim do apartheid, um crime contra a humanidade.

Esse incontável número de seres humanos, juntos, dentro e fora do nosso país, tiveram a nobreza de espírito de se oporem à tirania e à injustiça, sem procurarem ganhos próprios. Consideraram que a injúria de um era a injúria de todos e, sobretudo, agiram em defesa da justiça e da comum decência humana.

Devido à sua coragem e persistência, de muitos anos, podemos hoje esperar que, em breve, a humanidade se juntará para celebrar uma das vitórias mais proeminentes do nosso século. Quando esse momento chegar, poderemos regozijarmos-nos numa comum contra o racismo, o apartheid e a lei da minoria branca.

O triunfo finalmente encerrará cinco séculos de colonização africana, que começou com o estabelecimento do império português. Esse acontecimento constituirá um grande passo na história e servirá como caução, como garantia, para os povos do mundo que lutam contra o racismo, onde quer que ele ocorra e seja qual for a forma que assuma.

No extremo sul do continente africano, está em preparação uma recompensa, um incalculável presente, para aqueles que sofreram, para aqueles que, em nome da humanidade, sacrificaram tudo pela liberdade e pela dignidade humana.

(...)

O valor desse presente é para todos os que lutaram, para todos os que deitaram abaixo os muros inumanos que os dividiam e deverá ser medido pela felicidade e pelo bem estar de todos os povos e pessoas do nosso país.

(...)”

(Excerto do discurso de N. Mandela, em Oslo, 1993, quando recebeu o Prêmio Nobel da Paz. Em 1994, torna-se presidente da África do Sul, é o fim do apartheid)

Ficha 11

A identidade

A identidade de uma pessoa não é nome que tem, o lugar onde nasceu, nem a data em que veio ao mundo. A identidade de uma pessoa consiste simplesmente em ser e o ser não pode ser negado.

Apresentar um documento que diga como nos chamamos, donde e quando nascemos, é tanto uma obrigação legal como uma necessidade social.

Ninguém, verdadeiramente, pode dizer quem é, mas todos temos direito de poder dizer quem somos para os outros. Para isso servem os documentos de identidade.

Negar a alguém, o direito a ser reconhecido socialmente é o mesmo que retirá-lo da sociedade humana.

Ter um documento para mostrar, quando nos perguntam quem somos, é o mínimo dos direitos humanos, por que a identidade social é um direito primário, [o mais importante], talvez, porque as leis exigem dele dependa a inserção do indivíduo na sociedade. (...).

A lei abusará do seu poder sempre que se comporte como se a pessoa que tem diante de si não existisse. Nenhum ser humano é humanamente ilegal. Ainda assim, há pessoas que, pelos seus comportamentos, deveriam legalmente ser ilegais, esses são os que exploram, os que se servem dos seus semelhantes para crescerem em poder e riqueza.

Para os outros, para as vítimas de perseguições políticas e religiosas, para os encurralados pela fome e pela miséria, a quem tudo é negados, negar-lhes um documento que os identifique será a última das humilhações. Já há demasiada humilhação no mundo, contra ela e a favor da dignidade, documentos para todos, que nenhum homem ou mulher seja excluído da comunidade humana.

(texto de José Saramago, traduzido do espanhol, recolhido numa ação de formação sobre questões de direitos humanos).

Ficha 12

Informações sobre refugiados

Todos os anos dezenas de milhares de pessoas deixam seus lares e muitas vezes os seus países devido a perseguição políticas ou a guerras. Estas pessoas tornam-se refugiados. Quase sempre têm de mudar-se repentinamente, deixando o pouco que têm e separando-se das suas famílias. Muitos nunca mais regressarão.

A maior parte dos refugiados procura segurança num país vizinho, percorrendo grandes distancias para encontrar alguma segurança campos de ajuda humanitária. Mas outros há que chegam aos aeroportos e portos marítimos, mas, longe da sua terra natal, pedindo para entrar e ser acolhidos.

Em 1951, as Nações Unidas adotaram a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. Mais de metade dos países do mundo concordaram com a Convenção e assinaram-na. Dão proteção aos refugiados e concordam em não forçá-los a regressar aos seus países, onde poderiam ser perseguidos ou mortos. O artigo 33 da convenção diz que: "Nenhum Estado contratante deve fazer regressar um refugiado, para as fronteiras de território onde a sua vida ou

liberdade seja ameaçada com base na sua raça, religião, nacionalidade, filiação num grupo social ou político”.

Argumentos para o jogo de papéis dos funcionários da imigração

Os alunos podem usar qualquer um destes argumentos ou outros de que se venham a lembrar. Antes de mais, deve, ler, analisar e discutir os argumentos, ver os que são mais fortes e os que são mais fracos, os que podem levar a consensos e a decisões justas:

- Eles estão desesperados não os podemos mandar para trás.
- Se os mandarmos para trás seremos responsáveis, caso eles sejam presos, torturados ou mortos.
- Temos a obrigação legal de aceitar refugiados, o nosso país assinou a convenção que os defende.
- Eles não têm o dinheiro e vão precisar do nosso apoio. O nosso país não tem capacidade para tal.
- Eles podem provar que são de fato refugiados? Se calhar vieram para cá apenas à procura de um nível de vida melhor.
- o nosso país é aliado militar e econômico do país deles, não podemos dar proteção a estas pessoas.
- Talvez tenham capacidades ou conhecimentos de que precisamos.
- Já temos um número suficiente de refugiados no nosso país. Também temos de tomar conta dos nossos cidadãos. Esses refugiados deveriam ir para países mais ricos.
- Se deixarmos entrar estes, outros mais virão pedir parta ficar.
- Eles não falam a nossa língua, tem uma religião diferente e têm hábitos de alimentação diferentes. Nunca irão integrar-se no nosso país.
- Eles podem trazer-nos problemas políticos.

Argumentos dos refugiados

- Temos direito a asilo.
- As nossas crianças têm fome, vocês têm responsabilidade moral de nos ajudarem.
- Não temos dinheiro
- Não podemos ir para outro lado.
- Eu era médico na minha cidade natal.
- Só queremos abrigo, até ser seguro voltar.
- Houve outros refugiados que já foram autorizados a entrar.

(transcrito de Primeiros Passos pp. 149-151)

Ficha 13

“Poema com crianças” – Dramatização

A cena passa-se numa sala de estar. A mãe, o seu filho (brancos) e mais três meninos que estão de visita (um negro, um chinês e um judeu). Todos de 12 anos,

mais ou menos. A mãe, sentada, trabalha, enquanto, a seu lado, as crianças jogam com uns soldadinhos de chumbo.

A mãe – (Dirigindo-se ao grupo) Vêem, aqui estão melhor que na rua. Não sei como há mães despreocupadas que deixam os filhos todos o dia, por esse mundo de Deus. (Dirigindo-se ao menino negro) E tu? Como te chamas?

O Negro – Eu? Manuel. E este se chama Luís. (Apontando para o chinês). E este se chama Jacob (Apontando para o judeu).

A mãe – muito bem vejo que estás informado. Vives perto daqui?

O negro – Eu? Não, senhora. E este também não (Apontando para o chinês). Nem este...(apontando para o judeu).

O judeu – eu vivo para além, perto da rua do Terminal. O meu pai é sapateiro. Eu quero ser médico. Tenho uma irmã que toca piano, mas, como em casa não há piano, vai sempre a casa de uma amiga que tem um piano de cauda. Outro dia deu-lhe uma dor...

A mãe – ao piano de cauda ou à tua irmã?

O judeu – (Ri) – não, à amiga da minha irmã. Eu fui chamar o médico...

A mãe – mas ficou boa, não é verdade?

O judeu – sim se curou depressa, não era uma dor muito forte.

A mãe – Que bom (dirigindo-se ao menino chinês) E tu? Vamos ver! Conta-me. Como te chamas tu?

O chinês – Luís...

A mãe – Luís? Sim, verdade, há pouco, o Manuel já tinha dito o teu nome. E, então, tu és chinês da China, Luís? Tu sabe falar chinês?

O chinês – Não senhora, o meu pai é chinês, mas eu não sou chinês. Eu sou cubano e a minha mãe também.

O filho – Mamã, mamã (apontando o chinês) o pai dele tinha uma mota e vendeu-a...

A mãe – Sim. E como sabes isso Rafael?

O filho – (Apontando para o chinês) Foi ele que me disse, não é verdade Luís?

O chinês – É verdade, eu disse-lhe o que minha mãe me contou.

A mãe – Bem, vão lá jogar, mas sem discussões. Está bem? Não quero disputas. Tu, Rafael, não fiques com os soldados todos só para ti, dá-os aos outros colegas também...

O filho – Sim mamã, vou já reparti-los. Calham seis a cada um. Agora, vamos fazer uma paragem, porque os soldados vão para a guerra...

A mãe – Bem, quero paz e não me chamem, porque vou trabalhar lá dentro (Sai).

II

Os meninos, sozinhos, falam, enquanto jogam com os seus soldadinhos.

O filho – estes soldados foram-me oferecidos por um capitão que vive aí em frente. Deu-mos no dia dos meus anos...

O negro – Eu nunca tive soldadinhos como teus. Olha bem, não notas que são todos iguais?

O judeu – Claro, porque são de chumbo. Mas os soldados de verdade não são iguais...

O filho – O que?

O judeu – Pois não, são todos os diferentes! Uns são altos e outros são menores. Tu não vês que são homens!

O negro – Sim, os homens são diferentes, uns são grandes, como tu dizes, e outros são menores. Uns negros, outros brancos e outros amarelos como este... (Apontando para o chinês). A minha professora disse, na aula, outro dia, que os negros são menos que os brancos... A mim deu-me um pena!

O judeu – Sim... Também um alemão, que tem uma loja na rua compostela, me disse que eu era um cão e que todos os da minha raça deviam ser mortos. Não conheço, nunca lhe disse nada, nem a minha mãe, nem o meu pai. Tinha tão mau feito!...

O chinês – a professora também me disse que a raça amarela era menos que a branca...a branca é a melhor...

O filho – Sim, li isso num livro de geografia. Mas a minha mãe disse que não é verdade, que isso é mentira, que todos os homens e todas as crianças são iguais. Eu não sei como vai ser, mas olha, eu tenho carne de uma cor e tu de outra (dirige-se ao negro) e tu. (dirige-se ao judeu), pois, olha que coisa! Tu és branco como eu!

O judeu – É verdade, mas dizem que tenho nariz assim um pouco... não sei, um pouco comprido, que sou menos que as outras pessoas que têm o nariz mais curto. Uma confusão! Eu vejo homens e rapazes que também têm o nariz comprido e ninguém lhes diz nada...

O chinês – Porque são cubanos!

O negro – (Dirigindo-se ao chinês) Sim... tu também queres ser cubano e tens os olhos em bico como os chineses...

O chinês – Porque o meu pai era chinês, palerma.

O negro – Pois, então, tu não és cubano! E não me chamas palerma. Vai para Cantão!

O chinês – E tu vai para África, negro.

O filho – não gritem que vem a minha mãe e vai-nos repreender.

O judeu – Não vês que esse negro me chamou chinês?

O negro – Cala-te judeu, cão, o teu pai é sapateiro e a tua família...

O judeu – E tu carvão de pedra, e tu macaco, e tu...

(todos se batem e zangam com grande escândalo. Aparece a mãe, correndo).

III

A mãe – Mas que é isto! Estão loucos? Rafael, vem cá. O que é que passa?

O filho – Nada mamã, estão a lutar por causa da cor...

A mãe – Por causa da cor? Não entendo...

O filho – Sim, é por causa da cor, mamã...

O chinês – Senhora (apontando o negro), ele me chamou chinês e mandou-me para Cantão!

O negro – sim, e tu chamaste-me negro e disseste-me que fosse para a África...

A mãe (rindo) – Mas meninos será possível? Todos são os mesmos, todos são iguais...

O judeu – Não senhora! Eu não sou igual a um negro...

O filho – tu vês mamã como é por causa da cor!

O negro – eu não sou igual a um chinês.

O chinês – calha bem, nem eu quero ser igual a ti.

O filho – tu vês mamã, tu vês?

A mãe (com autoridade) – Silêncio! Sentem-se e escutem (as crianças obedecem sentando-se no chão, próximas da mãe, que começa: ³¹

- por baixo da nossa pele e das diferenças que vemos uns nos outros, corre o mesmo sangue e as mesmas qualidades humanas. Pensamos, sentimos e amamos da mesma maneira. Rimos quando contentes e felizes, choramos quando estamos tristes e infelizes, temos idéias e projetos, vontades e curiosidades para criar e inventar a vida.

Como pode haver adultos, que na escola, nos livros ou na rua, apontem as diferenças como uma coisa má e assim dividam as crianças em vez de as unir?

Ao contrário, as diferenças tomam o mundo mais bonito, porque fica mais colorido e cheio de surpresas, que todos podemos partilhar.

(texto de Nicolas Guillén, 1902-1989, poeta cubano. In

<http://rehue.csociales.uchile.cl>)

31 o final do texto foi alterado, de modo a torná-lo mais compreensivo.

Meninos de todas as cores – um conto português

Era uma vez um menino branco chamado Miguel, que vivia numa terra de meninos brancos e dizia:

É bom ser branco

Porque é branco o açúcar, tão doce.

Porque é branco o leite, tão saboroso.

Por eu é branca a neve, tão linda!

Mas certo dia o menino partiu numa grande viagem e chegou a uma terra onde todos os meninos são amarelos. Arranjou uma amiga chamada Flor de Lótus que, como todos os meninos amarelos, dizia:

É bom ser amarelo

Porque é amarelo o sol

E amarelo o girassol

Mais a areia amarela da praia.

O menino Branco meteu-se barco para continuar sua viagem e parou numa terra onde todos os meninos são pretos. Fez-se amigo de um pequeno caçador

Lumbumba que, como todos os outros meninos pretos, dizia:

É bom ser preto

Como a noite

Preto como as azeitonas

Como as estradas que

Nos levam para toda parte.

O menino branco entrou depois num avião, que só numa terra onde todos os meninos são vermelhos. Escolheu para brincar aos índios, um menino chamado Pena de Águia. E o menino vermelho dizia:

É bom ser vermelho
Da cor das fogueiras
Da cor das cerejas
E da cor do sangue do bem
Encarnado.

O menino branco entrou depois num avião que só parou numa terra onde todos os meninos são castanhos. Aí fazia corridas de camelo com um menino chamado Alibabá, que dizia:

É bom ser castanho
Como a terra do chão
Os troncos das árvores
É tão bom ser castanho
Como um chocolate.

Quando o menino branco voltou à sua terra de meninos brancos, dizia:

É bom ser branco como o açúcar
Amarelo como o sol
Vermelho como as fogueiras
Castanho como o chocolate.

Enquanto, na escola, os meninos brancos pintavam em folhas brancas desenhos de meninos brancos, ele fazia grandes rodas com meninos sorridentes de todas as cores.

(Luísa Ducla Soares, in

www.minerva.uevora.pt/netdays2002/meninos_todas_cores.htm)

Ficha 14

Rede de conflitos

Um conflito é já um problema que se mostra difícil de resolver. As pessoas estão em desacordo, porque têm opiniões diferentes e muitas vezes têm também interesses divergentes. O que é que aconteceu então? A situação complica-se, cria-se como que uma rede, onde aparecem dificuldades, zangas, aborrecimentos, mas também ajudas, apoios e propostas de solução. A partir do exemplo, cria redes de conflito, procurando sempre chegar a uma solução de consenso.

Ex: O João e o Pedro querem ler o mesmo livro, ao mesmo tempo, não se ouvem um ao outro, não combinam, não chegam a acordo sobre quem vai ler primeiro; discutem, zangam-se; chega à professora e ouve o que eles dizem; concorda com o João, porque foi o primeiro a pegar o livro; o Pedro diz que o João não precisa do livro nesse momento, e que ele, sim, precisa dele para um trabalho, a professora recua na sua decisão e tenta convencer João; finalmente, o João entende em utilizar o livro a seguir ao Pedro.

Ficha 14

Resolução de problema: “Um acidente de avião”

Um avião foi atingido por uma chuva de meteoritos e teve de aterrar de emergência num planeta quase desabilitado. Como os sistemas de comunicação foram atingidos pelo embate, não podem comunicar para pedir ajuda. Sabem, no entanto, que no extremo nordeste do planeta há um sistema de comunicação rádio, que poderá ser a única hipótese de ajuda e sobrevivência. O problema é conseguir atingir este local, a viagem pode levar meses, uma vez que tem de ser a pé e sem orientação precisa.

Tu fazes parte do grupo e tens que enfrentar, tal como os outros, muitas dificuldades – têm pouca comida, há gente ferida, crianças e velhos a precisar de apoio. Deves ter presente que resolver os problemas implica escolher a melhor opção, assim, deves analisar ambas as alternativas que te são colocadas, escolheres uma e justificares a tua escolha. Se achares que há uma terceira alternativa melhor deves apresentá-la.

Primeiro Problema

Uma pessoa do grupo gosta de cantar e passa o tempo a fazê-lo. Algumas pessoas gostam e não se importam outras não gostam e ficam irritadas. O que fazes?

A – Não fazes nada, não é uma coisa que te incomode e, portanto não ligas.

B – explica-lhes a situação e pedes-lhe para deixar de cantar perto do grupo.

Escolho.....porque.....
.....
.....

Segundo Problema

Algumas pessoas que se feriam na aterragem andam devagar e tu tens medo de não chegar ao rádio antes de acabar a comida. O que fazes?

A – decides abandonar o andamento para não ficar ninguém atrás, mesmo arriscando a vida de todos.

B – decides deixar essas pessoas para trás, abandonando-as a uma possível morte.

Escolhoporque.....
.....
.....

Terceiro Problema

Começam a existir muitos desentendimentos, porque cada um diz sua coisa e não há ninguém que lidere o grupo. O que fazes?

A – Achas que não é necessário ninguém a liderar, que todos devem ter direito a falar e a dar a sua opinião.

B – Votas num líder que possas tomar decisões rapidamente.

Escolho.....porque.....
.....

.....
.....
Quarto Problema

Um casal do grupo tem um filho deficiente, precisam de o levar, muitas vezes, ao colo e estão já sem forças. O que fazes?

A – Ofereces a tua ajuda à família ou vais procurar alguém (que tenha mais possibilidades que tu) que a possa socorrer.

B – não fazes nada. Pensas que é um problema que não te diz respeito.

Escolho.....porque.....
.....
.....

Quinto Problema

Uma senhora grávida está preste a ter seu bebe. Precisa descansar a ser ajudada. O que fazes?

A- Pedes que o grupo espere até a mãe e o filho poderem viajar.

B- Continuas a caminhar, mesmo que alguns fiquem com ela.

Escolhoporque.....
.....
.....

Sexto Problema

Uma senhora idosa morre e descobre-se que tem uma quantia importante de dinheiro no bolso. O que pensas?

A – O dinheiro deve ser entregue à filha que também vai no grupo.

B – O dinheiro deve ser guardado para comprar comida, logo que cheguem ao local da ilha.

Escolhoporque.....
.....
.....

Sétimo Problema

O grupo encontra um lago de água, muito fresca e boa, mas que põe as pessoas preguiçosas. O que fazes?

A – deixas que as pessoas bebam a água à vontade e que descansem ao tempo que quiserem.

B – não permites que as pessoas bebam muita água, para continuarem a caminhar.

Escolhoporque.....
.....
.....

Oitavo problema

Um adolescente de 14 anos comporta-se muito mal, é agressivo, arranja brigas, impede, por vezes, a normal caminhada do grupo. O que fazes?

A – exigis que os pais tomem conta dele como deve ser.

B – pedes ao líder do grupo que resolva o problema.

Escolho.....porque.....

.....

.....

(adaptado de Primeiros passos, pp. 141-143.).

Ficha 16

O trabalho doméstico: a exploração da infância

“Do total de cerca 200 milhões de crianças que trabalham no mundo, torna-se difícil estimar o número dos que trabalham em tarefas domésticas ao serviço de terceiros. Sabe-se, no entanto que o trabalho doméstico infantil escapa, a maior parte das vezes, aos olhares exteriores e dá assim lugar em muitos casos, a formas extremas de exploração”.

As moças, sobretudo, estão submetidas muitas vezes a longas horas de trabalho, sem repouso, sem remuneração ou auferindo, quando muito, uma remuneração simbólica. Sem proteção social e jurídica, estão sujeitos à exploração, aos abusos sexuais e à violência.

Crianças privadas da frequência da escola, do contato com a família, da convivência com outras crianças da mesma idade – crianças afastadas do mundo, a quem a infância é roubada!

No caso de um jovem de menos de 18 anos ser submetido a trabalhos domésticos, que apresentem perigos para a saúde física e para o seu desenvolvimento e equilíbrio psicológicos, está-se perante aquilo que a convenção nº 182 da OIT (1999) considera serem as “piores formas de trabalho de crianças”.

Ficha 17

O nazismo

(extrato do Diário de Anne Frank)

Nunca nenhum de nós se tinha encontrado numa situação tão perigosa como a da noite passada. Deus protegeu-nos. Imagina a polícia a remexer na estante da nossa porta giratória, iluminada pela luz acesa, sem dar conosco!

Em caso de invasão, com bombardeamentos e tudo, cad um de nós pode responder por si próprio. Neste caso, porém, não se tratava só de nós, mas também dos nossos bondosos protetores.

Estamos salvos. Não nos abandones! É apenas isto que podemos suplicar.

Este conhecimento trouxe consigo algumas modificações. O sr. Dussel já não trabalha à noite no escritório do Kraler, mas sim no quarto de banho. Às oito e meia e as nove e meia o Peter faz a ronda pela casa. Já não pode abrir a janela

durante a noite. Depois das nove e meia não podemos utilizar o autoclismo do W.C. Hoje à noite vem um carpinteiro reforçar as portas do armazém as portas do armazém. Há discussões a tal respeito. Há quem pense que não se devia mandar fazer isso. O Kraler censurou a nossa imprudência e também o Henk disse que não devíamos em tais casos descer ao nadar de baixo. Fizeram-nos ver bem que somos “mergulhados”, judeus enclausurados, presos num sítio, sem direitos, mas encarregados de milhares de deveres. Nós, judeus, não devemos deixar-nos arrastar pelos sentimentos, temos de ser corajosos e fortes e aceitar o nosso destino sem queixas, temos de cumprir tudo quanto passível e ter confiança em Deus. Há-de chegar o dia que esta guerra medonha acabará, há-de chegar o dia em também nos voltaremos a ser gente como os outros e não apenas judeus.

Quem foi que nos impôs este destino? Quem decidiu excluir deste modo os judeus do convívio dos outros povos? Quem nos fez sofrer tanto até agora? Foi Deus que nos trouxe o sofrimento e será Deus que nos libertará. Se apesar de tudo isto que suportamos, ainda sobreviverem judeus, estes servirão a todos os condenados como exemplo.

Quem sabe, talvez venha a inda o dia em que o Mundo se aperceba do bem através da nossa fé, e talvez seja por isso que temos de sofrer tanto. Nunca poderemos ser só holandeses, ingleses ou súditos de qualquer outro país. Seremos sempre, além disso, judeus. E queremos sê-lo.

Não percamos a coragem. Temos de ter consciência da nossa missão. Não nos queixemos, que o dia da nossa salvação há-de chegar. Nunca Deus abandonou o nosso povo. Através de todos os séculos os judeus sobreviveram. Através de todos os séculos houve sempre judeus a sofrer, mas através de todos os séculos se mantiveram fortes.

Os fracos desaparecem, mas fortes sobrevivem e não morrerão!

Naquela noite pensei que ia morrer. Esperava pela Polícia, estava preparada como os soldados no campo de batalha, prestes a sacrificar-me pela pátria. Agora que estou salva, o meu desejo é naturalizar-me holandesa depois da guerra.

E gosto dos holandeses, gosto desta terra e da sua língua. É por aqui que gostava de trabalhar. E se for preciso escrever à própria rainha, não hei-de desistir enquanto não conseguir este meu fim.

Sinto-me cada vez mais independente dos meus pais. Embora seja muito nova inda, sei, no entanto, que tenho mais coragem de viver e um sentido de justiça mais apurado, mais seguro do que a mãe. Sei o que quero, tenho uma finalidade, uma opinião, tenha fé e amor. Deixe-me ser eu mesma e estarei satisfeita. Tenho consciência de ser mulher, uma mulher com força interior e com muita coragem.

Se Deus me deixar viver, hei-de ir mais longe de que a mãe. Não quero ficar insignificante. Quero conquistar o meu lugar no Mundo e trabalhar para a humanidade.

O que sei é que a coragem e a alegria são os fatores mais importantes da vida!

Tua Anne

(In: <http://www.mulheres-ps20.ipp.pt>)

A chegada aos campos de concentração

“Primeiro os homens e as mulheres são divididos. Cenas de despedidas lancinantes. Maridos e mulheres separados, mulheres acenam aos filhos pela última vez”.

As filas de prisioneiros permanecem na plataforma, em linhas de cinco, afastados vários metros. Se alguém cede à dor da separação e corre para a outra fila, para dar a mão àquele que ama, sussurrar algumas palavras de consolo, é mandada para trás aos tropeções por um violento soco de um SS.

Agora o médico SS começa a separar os que servem para o trabalho dos que, na sua opinião, não servem. Geralmente, mães com crianças pequenas são classificadas como não aptas para o trabalho, tal como os que parecem fracos ou doentes. Trazem-se degraus de madeira para trás de um caminhão e os que foram selecionados pelo médico como não aptos têm de entrar. Os SS da unidade de recepção contam todos os que sobem os degraus. Contam igualmente os aptos para o trabalho, que têm de começar a andar para o campo dos homens e das mulheres. Toda bagagem fica na plataforma. Disse-se aos prisioneiros que mais tarde será levada num caminhão. Isso é verdade, mas nenhum prisioneiro tornará a ver as suas coisas “”.

(Pery Broad, Memórias in Auschwitz, p. 24)

Ficha 18

DUDH; Convenção dos Direitos da Criança; Convenção Europeia.

Provérbios para trabalhar questões de direitos humanos.

1 – A rã não bebe até o fim a água do charco.
Provérbio americano

2 - Quando as baleias brigam, os camarões são comidos.
Provérbio coreano

3 – Nenhum de nós é tão inteligente quanto todos nós.
Provérbio japonês

4 – A árvore, quando está sendo cortada, observa com tristeza que o cabo do machado é de madeira.
Provérbio árabe

5 – Ninguém consegue ser sábio com o estomago vazio.
Provérbio inglês.

6 – Quando as armas estão prontas, o bom senso vai-se embora.
Provérbio árabe

7 – Todo o homem é mais parecido com a sua época que com o seu pai.
Provérbio árabe

8 - Não dê o peixe, ensina a pescar.

Provérbio chinês

9 - Onde há vontade há um caminho.

Provérbio americano.

10 - A pessoa que busca vingança deveria cavar duas sepulturas.

Provérbio americano

11 - Quem combate são os soldados mas os heróis são os reis.

Provérbio judaico

12 - A união do rebanho obriga o Leão a ir dormir com fome.

13 - Ninguém pode despir um homem nu.

14 - Se crias uma serpente, serás o primeiro a quem ela morde.

15 - Se ouves falar mal do teu amigo, escuta como se tratara de ti.

Provérbios africanos.



www.dhnet.org.br